



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ingrid Maria Bezerra Candido

**Ditadura, Cultura e Homossexualidades: O Lampião da Esquina e a
Manifestação Cultural de Minoria (1978-1981)**

BRASÍLIA

2017

Ingrid Maria Bezerra Candido

**Ditadura, Cultura e Homossexualidades: O Lampião da Esquina e a
Manifestação Cultural de Minoria (1978 -1981)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciada e bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Mateus Gamba Torres.

Brasília

2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (Orientador)

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria (Departamento de História)

Prof.^a Dr.^a. Eloísa Pereira Barroso (Departamento de História)

Data da defesa: 11 de dezembro de 2017.

Brasília
2017

*À minha amada família.
Aos meus loucos amigos.
À memória de todos as vítimas da
Ditadura Militar.
E a todos aqueles que lutam para
serem quem são, que lutam por
liberdade, respeito e igualdade,
mas que lutam, acima de tudo,
pelo direito de amar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à minha família, por todo o apoio e dedicação ao longo desses meus anos de Universidade de Brasília, sobretudo às mulheres: minha mãe, Vera Lúcia; minhas tias Ana Bárbara, Fernanda Maria, Joana D'arc, Maria das Dores e Maria do Socorro; e à minha vó, Maria, por serem meus maiores exemplos de mulheres fortes, guerreiras e independentes, por todo o amor, empenho e carinho que ofereceram à minha criação e, por todo o suporte e estímulo que dedicaram à minha formação.

Aos meus irmãos, José Felipe e José Henrique; e à minha prima-irmã Natália Almeida, por serem meus melhores amigos e estarem sempre ao meu lado. E ao meu pai, José Ademor, por ter me criado com todo o amor e carinho.

A todos meus amigos da Universidade de Brasília, especialmente à Paula Goulart e aos do grupo “Materialismo Alcoólico” por terem dividido comigo todas as frustrações, os risos e as alegrias nessa jornada que foi a UnB. Aos meus amigos de vida, Amanda Oliveira, Artur Cabral, Guilherme Balduino, Luiz Guilherme, Luanna Couto, Waldir Alisson e, aos demais amigos, que compartilham comigo os melhores momentos da vida.

Ao meu orientador, Mateus Gamba Torres, pelos ensinamentos, paciência e contribuições, que tanto me ajudaram a realizar este trabalho. À banca examinadora pela disposição em participar da discussão desta pesquisa. Ao Departamento de História e, a todos os professores que me deram aula nesses anos e que dividiram parte de seus saberes comigo.

À Universidade de Brasília por ter sido um espaço inspirador, que me proporcionou amadurecimento, crescimento e conhecimento.

E, por fim, a todas as pessoas maravilhosas, não mencionadas aqui, mas que passaram por minha vida e, que me marcaram de alguma forma.

RESUMO

No Brasil das décadas de 1970 e 1980, visibiliza-se um movimento cultural homossexual através de lutas e resistências, pautadas, em parte, na arte e na imprensa escrita. Um exemplo dessa manifestação pode ser encontrado no jornal “Lampião da Esquina”. A escolha desse jornal relaciona-se ao fato de que ele foi ator social fundamental no movimento cultural da ditadura militar (1964-1985), a partir do que ficou conhecido como as “culturas de oposição” e a “imprensa alternativa”. Esse jornalismo alternativo aparece como uma forma de expressão cultural homossexual. Apesar do foco cultural, é abordado também os aspectos histórico-políticos do regime militar brasileiro, dado que se trata das condições necessárias a produzir na sociedade esse tipo de reação cultural. Ao final, explicita-se, no contexto atual, a continuidade dos desafios e das resistências do movimento LGBT brasileiro.

Palavras-chave: Cultura. Culturas de Oposição. Ditadura Militar. Homossexualidades. Imprensa Alternativa. Lampião da Esquina.

ABSTRACT

In Brazil from the 1970's and 1980's, it is visible a cultural homosexual movement, through fights and resistances, guided, partly, in art and written press. An example of this manifestation can be found in the "Lampião da Esquina" newspaper. The choice of this newspaper relates to the fact that it was a fundamental social actor in the cultural movement of military dictatorship (1964-1985), from what was known as "oppositional cultures" and the "alternative press". This alternative journalism appears as a way of homosexual cultural expression. Despite the cultural focus, it is also approached the historical-political aspects of the Brazilian military dictatorship, given that they are the necessary conditions to produce in society this type of cultural reaction. At the end, is explained, in the current context, the continuity of the challenges and the resistances of the Brazilian LGBT movement.

Keywords: Culture. Oppositional Cultures. Military Dictatorship. Homosexuality. Alternative Press. Lampião da Esquina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
1. O Lampião da Esquina: Uma breve perspectiva	15
1.1. Um cenário sobre as culturas de oposição	19
1.2. Imprensa Alternativa: resistência e oposição	28
CAPÍTULO II	
2. Minoria, cultura e organização política	32
2.1. A cultura homossexual na redemocratização (1978-1981)	34
2.2. Os desafios e as novas lutas do movimento LGBT pós-ditadura militar.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
ANEXOS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 1964, os militares promoveram um golpe que depôs o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura militar no Brasil que durou 21 anos. Dada a duração do regime militar, é natural que este tenha passado por períodos diferentes entre si. É perceptível que nos quatro primeiros anos de ditadura, o terror de Estado, caracterizado pela perseguição, pela censura e pela extrema violência que foi adotado posteriormente contra os artistas, intelectuais, mas que já atingia outros segmentos sociais opositores ao governo, como os trabalhadores e os camponeses, não era o elemento primordial das estratégias políticas, nesse período de estabelecimento do golpe.

O governo militar inicialmente evitou desencadear uma repressão generalizada contra os artistas, intelectuais e jornalistas, indo contra as exigências dos militares mais alinhados à extrema direita, pelo fato de que, nesse período, sua principal preocupação estava na blindagem do Estado diante das pressões da sociedade civil e na desarticulação dos setores populares.¹ O governo optou em equilibrar “o frágil consenso golpista e a unidade militar, além de acalmar os cidadãos que não aderiram ao golpe, permitindo-lhes certa liberdade de expressão”².

A perda dos direitos fundamentais, especialmente, a do direito à livre manifestação de pensamento se intensificou a medida que a violência militar, em todos os seus tipos, avançava durante os anos seguintes. Assim, no ápice do regime (1968-1974), aconteceram os episódios mais descaradamente cruéis da repressão às liberdades políticas e aos direitos individuais. Em outras palavras, os direitos e as garantias individuais que pautavam a atuação das culturas de oposição foram fortemente atingidos. No ano de 1967, por exemplo, foi promulgado o decreto de Lei nº 314³, estabelecendo desta forma, a primeira lei que, pós golpe civil-militar, definiu os crimes contra a Segurança Nacional.⁴ Neste contexto, a doutrina da Segurança Nacional foi utilizada na defesa da manutenção do regime e da permanência dos militares no poder, na qual

¹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 71.

² Ibidem.

³ BRASIL. Legislação informatizada - Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967 - Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 de Set. de 2017.

⁴ Os crimes contra a segurança nacional são os crimes políticos ou contra a segurança do Estado. LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>>. Acesso em: 23 de Set. de 2017.

culminaria no “fechamento total da ditadura a partir do Ato Institucional nº 5”⁵, decretado em 13 de dezembro de 1968,⁶ durante o governo do General Costa e Silva.

Em tempos de AI-5, os mecanismos de controle e de repressão das liberdades individuais, sociais e políticas, foram intensificados. O fortalecimento da censura foi uma estratégia de confronto direto contra as manifestações em oposição ao governo. Os opositores do regime, no entanto, ainda estavam mobilizados na resistência política e cultural, mesmo que na clandestinidade. Por consequência, é preciso ressaltar que as mobilizações contra o governo militar, desde início, não ocorrem apenas nas passeatas, nas organizações políticas e na luta armada, mas também, na esfera cultural. Os movimentos culturais do teatro, da música, do cinema, foram, desde o começo do estabelecimento do golpe, eixos de contestação das práticas abusivas do governo militar: promoveram, uma luta de resistência e organização social em defesa da democracia, à sua maneira.⁷

Incorporada aos movimentos culturais que existiram na ditadura militar, como o “Tropicalismo”⁸ e o “Cinema Novo”⁹, a chamada “Imprensa Alternativa”¹⁰, também esteve no cerne dessas manifestações. Parte dos jornais desse tipo de imprensa foram extensamente empregados como forma de divulgação das práticas políticas autoritárias dos militares. Jornais como “O Pasquim” (1969-1991) e o “Opinião” (1972-1977), foram definidores da forma de como a imprensa alternativa levaria a “contrainformação”, por meio da marca de resistência político-cultural¹¹, à população.

⁵ BARROS, Cesar Mangolin de. In: A ditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos. 2011, p. 15. Disponível em: < <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf> > . Acesso em: 23 de Set. de 2017.

⁶ BRASIL. Ato institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 23 de Set. de 2017.

⁷ O PANORAMA DA RESISTÊNCIA. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/panorama-da-resistencia/index.html>> Acesso em: 23 de Set. de 2017.

⁸ Tropicalismo ou Tropicália foi um movimento musical/cultural que ocorreu entre os anos de 1967 e 1968, promovido por artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Gal Costa e Rogério Duprat, que incorporou elementos da cultura pop internacional e das correntes artísticas de vanguarda, como o concretismo, impulsionando assim, a modernização da cultura e da música brasileira. A TROPICÁLIA-MOVIMENTO. Disponível em: <<http://tropicalia.com.br/identifisignificados/movimento>>. Acesso em: 23 de Set. de 2017.

⁹ Movimento cinematográfico brasileiro, que surgiu na segunda metade dos anos 50 e, que teve como grande expoente o cineasta Glauber Rocha, que criticou a realidade política e cultural do País durante os primeiros anos da ditadura militar, com os filmes: Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964); Terra em Transe (1967) e O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro (1969). O CINEMA NOVO - RUÍDOS PULSATIVOS, GELÉIA GERAL. Disponível em:< <http://tropicalia.com.br/ruidos-pulsativos/geleia-geral/cinema-novo> >. Acesso em: 23 de Set. de 2017.

¹⁰ Os jornais que surgiram entre 1964 e 1980 e, que compartilhavam a oposição ao regime militar. In: KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 eds., revista e ampliada, 2001, Edusp, p.5.

¹¹ Ibid., 2001, p.18.

Dentro do quadro da manifestação e da resistência cultural da imprensa alternativa, destaca-se o jornal “Lampião da Esquina”. Tido como primeiro jornal abertamente homossexual do Brasil, publicado inicialmente em 1978, ano do processo de abertura política, o Lampião foi um marco no movimento cultural na década de 1970, visto que, tanto a imprensa alternativa, quanto a própria “comunidade homossexual”¹², foram excessivamente silenciados pela censura e pela repressão militar.

No que se refere à comunidade homossexual em época da ditadura militar, é necessário compreendê-la como uma comunidade que ensaiou uma organização, mas que foi coibida de firmar sua consciência política, principalmente depois da promulgação do AI-5. James N. Green¹³ e Renan Quinalha¹⁴ dão um exemplo específico dessa incipiente tomada de consciência política da comunidade, na introdução do livro *Ditadura e homossexualidades*:

Em 1963, um pequeno grupo de amigos do Rio de Janeiro, que em sua maioria vieram do Norte ou Nordeste para a Cidade Maravilhosa, começou a publicar uma revistinha mimeografada, que se chamava *O Snob*. Até 1968, editaram cem números do jornal. O *Snob* publicava fofocas do grupo de colaboradores e fazia brincadeiras sobre esse círculo social de homossexuais que se afirmava nesse momento no Rio de Janeiro. Mas, principalmente, o jornal servia para criar famílias alternativas nas redes de sociabilidade homossexual em um momento no qual as pessoas escondiam sua vida pessoal dos parentes e fugiam para outras cidades a fim de escapar do controle familiar.

Nota-se nessa publicação caseira, uma leve tendência de politização em 1968, com propostas de protestar contra a repressão aos homossexuais eram sistematicamente presos no centro da cidade e com críticas severas às arbitrariedades policiais. Sente-se uma sintonia dos membros do grupo com uma série de ideias que circulavam internacionalmente sobre a possibilidade de afirmação da homossexualidade.

Mas esse processo incipiente foi abortado já no começo de 1969.

[...] Com efeito se alguém tivesse lido sobre os novos movimentos LGBT que surgiram a partir de 1969 em Nova York, São Francisco, Londres, Buenos

¹² Entende-se “comunidade ou movimento LGBT’s (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros)” como um termo contemporâneo e correto, adotado atualmente. Porém, para não cair no “Anacronismo”, ao se referir ao movimento ou o grupo social que começava a se organizar nos anos 70 e 80, será utilizado os termos que eram atribuídos pelo próprio meio LGBT’s da época, como, por exemplo “comunidade gay”; “entendidos”; etc. É preciso também ressaltar que, identidade de gênero (cisgeneridade e transgeneridade) e orientação sexual (homossexualidade, lesbianidade, bissexualidade, etc), são conceitos distintos. Identidade de gênero refere-se ao gênero com que a pessoa se identifica. Uma pessoa transexual, por exemplo, se identifica com o gênero oposto à atribuição de seu “sexo biológico” e, uma pessoa cisgênero, se identifica com o “sexo biológico” que foi atribuído à ela no nascimento. Já orientação sexual significa para qual gênero a pessoa se sente atraída fisicamente ou emocionalmente. Nessa pesquisa, com ressalvas para o final, será adotado, termos como “movimento homossexual” ou “movimento gay” (generalizando), pois essa diferenciação foi praticada pelos movimentos LGBT’s apenas no século XXI. O próprio Lampião da Esquina usava o termo homossexual para se referir às pessoas transexuais e homossexuais ao mesmo tempo. JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012, p. 12. Disponível em: <<http://www.diversidadese sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 29 de Nov. de 2017.

¹³ Historiador e professor de História do Brasil na Brown University, especialista na História da Homossexualidade no Brasil, ativista dos direitos LGBT e organizador do livro *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*, lançado em 2014, pela EdUFSCar, em São Carlos.

¹⁴ Advogado e assessor na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

Aires, entre outros lugares, era quase inimaginável pensar em algo parecido com uma organização política das pessoas LGBT no Brasil no período que sucedeu o AI-5.¹⁵

A criação do “Snob” demonstra que os homossexuais, já na década de 1960, procuravam um meio de se expressarem culturalmente e, como os autores mencionam, tinham uma “leve tendência de politização”. Contudo, diferentemente do que já ocorria na cultura americana, os homossexuais brasileiros não possuíam uma identidade cultural firmada. O Lampião, portanto, surge com o objetivo de dar espaço para essa comunidade, a fim de desconstruir paradigmas e criar essa consciência política que faltava para os homossexuais brasileiros.

Tendo em vista que as edições do Lampião da Esquina foram publicadas no fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, período que representou o declínio do regime militar, é preciso atentar para um fator definidor na vida de qualquer homossexual que procurava um meio de formar uma organização política nesses anos: o medo internalizado¹⁶. O abrandamento da repressão e, conseqüentemente, da censura, não impossibilitou, no entanto, os homossexuais de sofrerem violências diárias, reprovações, falta de apoio e silenciamento por parte de uma sociedade conservadora, até mesmo das esquerdas:

A repressão do governo Médici (1968-74) e o medo que o sistema criou continuaram durante os primeiros anos do governo Geisel (1974-79), mesmo com suas promessas de uma distensão política criou-se um clima difícil para quem queria tentar formar um grupo. Não houve um apoio das esquerdas com poucas exceções. Algumas pessoas que vieram de uma militância nas esquerdas clandestinas sofreram marginalização ou discriminação e estavam céticos sobre a possibilidades de alianças com as oposições à ditadura. Muitos gays e lésbicas criados nas ideologias da ditadura tinham medo de qualquer atuação política e estavam contra a ideia da organização política desses grupos.¹⁷

Isso demonstra a intensidade de discriminação, com que os homossexuais tinham que lidar diariamente, não só do regime, mas própria esquerda, que reprimiu as manifestações sexuais dentro de seu movimento político. E isso contribuiu diretamente para a inibição da conscientização e do envolvimento político por parte dos homossexuais. Entretanto, foi nesse contexto, que o jornal Lampião da Esquina chegou como divulgador de um movimento social que necessitava fazer reverberar sua voz.

Com o intuito de trazer e promover um debate pouco pesquisado na historiografia, como o estudo da participação LGBT na história, este trabalho apresentará uma análise historiográfica

¹⁵ GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Introdução In: Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 21-22.

¹⁶ Ibid., p. 23.

¹⁷ Ibidem.

de matérias culturais do jornal “Lampião da Esquina”, com foco nos parâmetros teóricos e metodológicos da História Cultural. Com isso, a análise se baseará no tema da manifestação cultural homossexual em tempos de ditadura militar, com enfoque nos anos do processo de redemocratização no Brasil, utilizando como fonte as edições do jornal. Em busca de investigar questões como: a dúvida da existência de uma manifestação cultural de homossexuais já organizada nos anos 70; de que forma as manifestações culturais podem representar um modo de resistência política/social e de luta contra as violências sofridas; de que forma o Lampião da Esquina contribuiu na divulgação da cena homossexual no período militar e, de que modo isso ajudou a superar algumas barreiras de silenciamento, que eram constantemente impostas a esse grupo social. Este trabalho se encarrega de demonstrar uma nova perspectiva de análise do Lampião da Esquina, concentrando-se na manifestação cultural de um movimento social, sem deixar de lado o panorama político no qual o jornal e o movimento estão inseridos. Dessa forma, haverá ainda, um estudo dos períodos anteriores à redemocratização, com foco nas resistências das manifestações culturais de oposição e, também da imprensa alternativa, na qual o Lampião fazia parte.

A Nova História possibilitou o trabalho com fontes não “convencionais”. Como já se sabe, os documentos não são mais os únicos vestígios utilizados como objeto de análise com que o historiador pode trabalhar. Testemunhos orais, fontes literárias, imagens e, como no caso desta pesquisa, os jornais, e outros diversos tipos de fontes, podem e devem ser empregadas como forma de pesquisa e motivação para o trabalho historiográfico. Portanto, ao avistar novas possibilidades de lidar com outros tipos de materiais, a Nova História demonstrou que há diversas formas de tentar compreender o passado em seu processo de constante transformação. Trabalhar com o Lampião da Esquina, proporciona, portanto, a difusão da fonte de imprensa como opção para a escrita historiográfica. Todavia, ao analisar esse tipo de fonte deve-se obedecer um rigor metodológico, pois entende-se que os jornais são “ferramentas de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”¹⁸.

Dito isso, para o entendimento da história da imprensa e da imprensa alternativa e, sua funcionalidade no período militar, Bernardo Kuncinski¹⁹ será o principal teórico (não o único), utilizado para esse objetivo. Além disso, a metodologia que será utilizada neste trabalho, também dialogará com autores que trabalham com homossexualidades e ditadura militar. Deste

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Ligia. O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.19.

¹⁹ KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 eds., revista e ampliada, 2001, Edusp.

modo, serão utilizados, como suporte fundamental para a construção desta pesquisa, os livros dos organizadores James N. Green e Renan Quinalha²⁰ e de Edward MacRae²¹, além dos autores Marcos Napolitano²² e Maria Helena Moreira Alves²³, também serão essenciais para a análise de âmbito político/cultural do período militar. O movimento cultural será uma das pautas primordiais neste trabalho, em vista disso, teóricos como Michel de Certeau²⁴ também farão parte dessa pesquisa.

Nesta pesquisa serão elaborados 2 capítulos para a análise proposta. Dessa maneira:

O primeiro capítulo buscará apresentar o jornal *Lampião da Esquina*. Também será necessário compreender e dar um panorama geral do contexto político e cultural na ditadura militar. Dentro dessa conjuntura, será abordada a resistência cultural de oposição, além da análise da atuação e organização da imprensa alternativa e, conseqüentemente, a repressão que foi direcionada a esses movimentos.

O segundo capítulo discorrerá sobre as homossexualidades e ditadura. Nessa parte procura-se compreender como ocorreu a resistência e o começo do despertar político da “comunidade gay”²⁵ nos anos 1970 e, também, a importância do surgimento do *Lampião* para conscientização política dessa comunidade. Será apresentada a análise de matérias culturais do jornal, visando entender uma temática discutida em uma de suas colunas, escrita pelo artista e colaborador do jornal Darcy Penteado: “Cultura homossexual já existe?”²⁶. Portanto, ocorrerá a discussão da afirmação cultural homossexual e, como se deu o início de sua organização, como a comunidade se identificava e se relacionava com ela e, quais eram os principais elementos que a formaram. E, ao final, será discutida a continuidade das lutas e dos desafios enfrentados, atualmente, pelo movimento LGBT no Brasil.

Dessa maneira, é importante deixar claro que, para muito além do meio acadêmico, esta pesquisa pretende demonstrar a importância do estudo da história do movimento LGBT, como forma de combate ao preconceito e ao silenciamento enfrentados até hoje. Sendo uma singela contribuição, para a luta contra a discriminação e a intolerância, ainda tão presentes na sociedade brasileira.

²⁰ GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

²¹ MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

²² NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

²³ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

²⁴ CERTEAU, Michel de. A cultura no Plural. São Paulo: Papirus, 1995.

²⁵ Termo usado pela própria comunidade na época.

²⁶ *Lampião da Esquina*, nº 19, 1979, p.9.

CAPÍTULO I

1. O Lampião da Esquina: Uma breve perspectiva

Idealizado por um grupo de intelectuais assumidamente gays²⁷, o “Lampião da Esquina” foi o primeiro jornal de grande circulação dirigido ao público homossexual.²⁸ Quarenta e uma edições do Lampião, incluindo três edições extras e a edição número zero, foram publicadas entre abril de 1978 e julho de 1981. Havia oito colunas ou matérias regulares nas páginas do Lampião: as “Reportagens”; os “Ensaaios”; o segmento “Cartas na Mesa” na qual cartas dos leitores eram publicadas; a seção “Esquina” que trazia de notícias comentadas a artigos dos colaboradores; o espaço “Opinião”; a “Bixórdia” sobre fofocas; a seção sobre “Literatura” e a “Tendência” que era o espaço de divulgação e de matérias sobre cultura. O jornal também fazia anúncios sobre festas, bares, shows para seu público. Era um jornal que prezava pela divulgação de atividades culturais para “comunidade homossexual”.

Sendo parte da imprensa alternativa, assumiu o papel de abordar temas que incomodavam o governo militar e, também, vários setores da sociedade brasileira, mas ao mesmo tempo que surgiu para incomodar, surgiu para resistir e combater a intolerância.

No entanto, “por que um jornal homossexual?”, essa foi a pergunta da primeira matéria intitulada “Saindo do Gueto”, veiculada na edição nº 0 do Lampião e assinada pelo conselho editorial²⁹. A reposta:

É preciso dizer não ao gueto e, consequentemente, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo o qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele designaria ter [...] O que o Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.³⁰

²⁷ Foram onze os idealizadores do Lampião da Esquina: os jornalistas Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteado; o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet; o antropólogo Peter Fry; o poeta e crítico de arte Francisco Bittencourt; e o cineasta e escritor João Silvério Trevisan. Lampião da Esquina, n.0, p.1.

²⁸ RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p.90-93.

²⁹ O conselho editorial era formado, basicamente, pelos idealizadores do jornal.

³⁰ O CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. Lampião da Esquina, n. 0, p.2.

Nota-se o caráter contestador do jornal diante da rejeição que a população homossexual sofria. Havia, portanto, a necessidade de dar lugar e visibilidade à essa comunidade, e desconstruir todo o imaginário errôneo que grande parte da sociedade brasileira possuía (e possui) sobre os homossexuais. A resistência foi a forma escolhida pelo jornal para enfrentar princípios conservadores adotados tanto pela esquerda, quanto pela direita: “o Lâmpião da Esquina faz resistência, enfrenta a moral conservadora da esquerda e o pragmatismo da direita”³¹. E é com a premissa de “sair do gueto”, ou seja, de tirar da marginalidade, eliminar as noções patologizantes relacionadas à homossexualidade e, construir uma nova visão sobre os homossexuais, que o Lâmpião buscou formar um diálogo entre seu público, para que assim, contribuísse na construção de uma conscientização política e em uma identidade para comunidade homossexual no Brasil.

Jorge Caê Rodrigues³² destaca que a possibilidade de afirmar uma identidade gay no Brasil foi fruto de um processo que começou entre os anos 1950 e 1960 e “reflete uma difícil rede de múltiplos fatores”:

É durante este período que o número de estabelecimentos, tais como bares, saunas e boates voltadas para os homossexuais se expande consideravelmente, principalmente no eixo Rio-São Paulo, proporcionando novas oportunidades para os gays interagirem entre si. Além disso, por essa época, referências dos movimentos sociais americanos chegavam até ao Brasil, influenciando uma nova posição com relação à sexualidade.³³

Toda essa circunstância e expressão cultural homossexual, iniciada nos anos 1950, fizeram parte das pautas do Lâmpião. Em suas páginas foram abordados os mais diversos tipos de matérias, como, por exemplo, as denúncias contra a violência homossexual praticada pelo regime militar, matérias sobre liberdade sexual e machismo. O Lâmpião da Esquina foi um jornal plural.

Todavia, há um fator que chama a atenção: a ausência de mulheres compondo o conselho editorial. De fato, o Lâmpião foi formulado por homens. Contudo, questões específicas sobre feminismo e lesbianidade não foram esquecidas pelo jornal. Já na edição nº1, a primeira matéria foi escrita pela colaboradora Mariza, intitulada “Nossas gaiolas comuns”, abordava a convergência e a importância de uma luta conjunta feita por mulheres,

³¹ RODRIGUES, Jorge Caê. Op., cit., p. 93.

³² Professor e Vice Coordenador do Bacharelado em Produção Cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ. Tem experiência na área de Desenho Industrial, com ênfase em Programação Visual, atuando principalmente nos seguintes temas: design gráfico, MPB, capas de disco, imprensa gay e estudos culturais.

³³ RODRIGUES, Jorge Caê. Op., cit., 2014, p. 91.

homossexuais, negros, índios, prisioneiros, ou, como ela mesma coloca, feita pelas “categorias historicamente silenciosas”:

[...] Seria um erro pensar que essas análises e essas lutas pudessem ser feitas isoladamente, assim como pensar na definição de categorias sexuais como um fenômeno isolado. Insisto em que cabe à mulher lutar pelos seus direitos, questionar sua posição (e isto vale para qualquer categoria social), mas fazemos isto de olhos abertos para a real complexidade em que estamos envolvidas. A posição idealista e individualista de liberação deve ser superada: ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro, cada um com a ilusão de que está numa gaiola particular. Isto não significa esquecer a singularidade da situação da mulher, ou de outras situações, mas implica em ter plena consciência da gaiola-blusa vestida por todos nós, cada um à sua maneira. Uma gaiola-blusa cuja exata finalidade é a de dar a impressão de ter sido feita sob medida, quando basta olhar o mundo lá fora- e não apenas ser olhado e acertar esse olhar- para perceber que, como tudo neste mundo em que vivemos, ela é produzida em série.³⁴

Mariza enfatiza a importância das minorias sociais lutarem juntas por seus direitos, mesmo entendendo que cada grupo social possui sua individualidade e seu local de fala. Para ela, é essencial uma luta conjunta para a resistência contra as opressões. Matérias como essa, estiveram muito presentes nas páginas do Lâmpião.

É preciso ainda observar que Mariza não foi a única colaboradora do jornal. Escreveram para o Lâmpião dezenas de mulheres, e havia outras dezenas de entrevistas com grandes personalidades femininas como Cassandra Rios, Leci Brandão e Zezé Mota. Matérias sobre pautas dos movimentos feministas e lesbianidade foram bastante abordadas pelo jornal. Há, por exemplo, na edição nº 11, a chamada de capa denominada “Lesbianismo, machismo, aborto e discriminação: São as mulheres fazendo política”³⁵, onde o destaque é pra uma série de matérias sobre preceitos feministas. Nessas matérias os autores (homens e mulheres) debatiam questões sobre machismo, a vida da mulher negra, o perfil feminista no Brasil, dentre outros. A matéria sobre “mulheres e seus corpos”, assinada por Maria Luiza Heilborn, procurava expor questões sobre sexualidade feminina, liberdade e direito das mulheres sobre seus corpos:

As ideias que se seguem foram em parte apresentadas no Encontro Nacional de Mulheres, realizado de 8 a 11 de março na Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Elas resultam da experiência de reflexão de quatro anos de um grupo feminista, que agora empreende uma pesquisa sobre sexualidade feminina. O feminismo enquanto um movimento que vise a emancipação e liberação das mulheres tem como uma de suas frentes de luta as questões ligadas à sexualidade. E por isto, frequentemente, tem sido acusado de maneira incriminatória e desvalorizante, principalmente por entender que a liberação do corpo é primordial, pois que ele é alvo de violentas repressões.

³⁴ MARIZA. Nossas gaiolas comuns. Lâmpião da Esquina, n.1, p. 2.

³⁵ Ver capa (Figura 1) em anexo.

No entanto, o corpo em nossa cultura não é importante. Na formação da cultura ocidental o corpo foi sendo esquecido e a "mente", o intelecto erigido com metonímia do ser humano. Assim, o corpo passa a ser um reles invólucro material das pessoas que somos. E, por tudo isso, desprezível. Nesta mesma cultura, em que a relação entre os sexos é uma relação de poder, e que o sexo feminino é o dominado e desvalorizado, o corpo das mulheres tem sido principalmente oprimido. O corpo não nos pertence, pertence a qualquer um, do sexo masculino, que o deseje. Veja-se os casos de estupros e agressões sexuais, onde a sociedade condescende a violência contra a mulher, justificando o homem pelo seu "instinto sexual". A compulsão do seu "instinto" se apoia na ideia de que o corpo das mulheres existe para a satisfação masculina, mesmo que elas assim não queiram.³⁶

Neste artigo a autora fala de feminismo e critica a forma como o corpo feminino era visto na sociedade. Faz denúncias sobre a falsa noção do corpo das mulheres estarem ao dispor dos homens, o que dá margem para as violências sexuais. Artigos com o teor de defesa da mulher e de críticas ao patriarcado estiveram constantemente presentes no *Lampião*.

É importante destacar, como ressalta Edward MacRae³⁷, que a grande maioria dos artigos sobre feminismos e lesbianidade foram escritos por mulheres, pois o jornal adotando os valores correntes da contracultura, pretendia ecoar a voz de setores oprimidos da sociedade e, consequentemente, de suas lutas políticas.³⁸ MacRae salienta ainda que o *Lampião* durante sua existência publicou um número considerável de matérias relacionadas aos feminismos e deu bastante atenção à homossexualidade das mulheres, sendo o *Lampião* um dos grandes promotores da militância das lésbicas.³⁹ Ele completa observando que apesar de não ter mulheres no conselho editorial, é necessário enfatizar que o jornal sempre se mostrou disposto a comprar as brigas dos movimentos feministas.⁴⁰

Conforme o analisado, verifica-se que o *Lampião* foi um grande divulgador do meio homossexual e de tabus sociais. Ademais, por ser escrito por homossexuais e para homossexuais, o jornal foi acusado diversas vezes por atentar contra a “moral e os bons costumes”. Ele despontou em uma época de contradições. Final da década de 1970 no Brasil, fase de redemocratização, mas ainda assim, um período da ditadura militar. Dentro deste contexto, o jornal se encontra inserido em dois conceitos que vamos abordar neste primeiro capítulo: as culturas de oposição e a imprensa alternativa.

³⁶ HELBORN, Maria Luiza. Nós mulheres e nossos corpos. *Lampião da Esquina*, n.11, p.11.

³⁷ Antropólogo. Professor da Universidade Federal da Bahia.

³⁸ MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p.74-75.

³⁹ *Ibid.*, p.74.

⁴⁰ *Ibid.*, p.74-75.

1.1 Um cenário sobre as culturas de oposição

O golpe civil-militar de 1964 foi estabelecido com a prerrogativa de frear o avanço de grupos políticos reformistas de esquerda e centro-esquerda, acabar com a organização dos movimentos sociais e remodelar a política de Estado na direção de uma nova etapa de acumulação de capital.⁴¹ Em um primeiro momento, os principais interesses do governo militar estiveram voltados justamente para esses aspectos.

As promessas de eliminar o fantasma do comunismo que, teoricamente, estava invadindo a América Latina, o que incluía o Brasil, e, alçar o progresso econômico brasileiro sustentado pelo sistema capitalista fizeram com que as classes médias, em sua maioria, apoiassem a intervenção militar no país. Contudo, essas classes estavam diretamente ligadas a uma parte do movimento cultural de oposição ao regime.

Nessa situação, para o governo militar, repreender duramente, no início do estabelecimento do golpe, os artistas e intelectuais que eram da classe média e, que produziam parte da cultura que sua própria classe consumia, significaria romper com um segmento considerável de sua sustentação política. Consequentemente, houve a necessidade de aplicar políticas repressivas nas instituições e movimentos ligados a cultura de esquerda da classe média e, desarticular todo o movimento cultural opositor que poderiam chegar às classes populares. Isso seria uma alternativa para a contenção das manifestações culturais de oposição. E a repressão contundente contra os agitadores culturais, se tornaria real anos mais tarde.

Entre os anos de 1964 e 1968, a “culturas de oposição”⁴² conseguiu atingir sua maior expressão dentro do regime militar. Esse era o período que muitos afirmavam ser uma transição dos anos “Brandos” para os anos de “Chumbo” que ocorreria em 1968 com a decretação do Ato Institucional Nº 5. O historiador Marcos Napolitano, no entanto, observa que a “Ditabranda” foi uma crença errônea que se fundamentou, dentre outros parâmetros, na contradição cultural desse período:

A paradoxal situação da cultura de oposição no Brasil nos quatro primeiros anos do regime, inicialmente vista como sinal de uma ditadura “branda”, que não se assumia como tal, deve ser avaliada em termos amplos. Seja como espaço de rearticulação de forças sociais “críticas” e reafirmação de valores da “resistência democrática” (ponto de vista da oposição) ou como parte da “guerra psicológica da subversão” a ser combatida (ponto de vista do regime). A “questão cultural” foi o calcanhar de Aquiles da ditadura, expressão das

⁴¹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 71.

⁴² Culturas de oposição aqui, indica os movimentos culturais que se opuseram, de alguma forma, ao regime militar. E serão evidenciadas no plural (Culturas), diferentemente de como Marcos Napolitano usa o termo, para definir as várias formas de manifestações culturais que existiram na ditadura.

suas grandes contradições e impasses, mesmo que ela não tenha se limitado a uma política cultural meramente repressiva.

Instaurada para defender efetivamente o capitalismo e, supostamente, a democracia liberal, a ditadura não podia se afastar das classes médias, sua principal base social. A cultura e a liberdade de expressão eram os pontos mais sensíveis para amplos setores dessa classe, da qual provinham os artistas e quadros intelectuais mais reconhecidos da época.⁴³

Visto que a cultura se tornaria uma das questões mais complexas para governo militar, pois havia o impasse quanto a repressão aos artistas e intelectuais da classe que era sua base, o que impedia uma política mais dura contra as pessoas dessa camada social, outros aspectos também dificultaram o desenvolvimento de uma política de contenção das produções culturais nos quatro primeiros anos de golpe.

Um deles foi a falta, a princípio, de “intelectuais humanistas (de dentro do regime) afinados com a vida cultural mais dinâmica do momento, protagonizada, sobretudo, por jovens universitários e por intelectuais comunistas e liberais-radicais”⁴⁴. Essa ausência suprimiu o enfoque das políticas repressivas, que já atingiam setores dos movimentos sociais como o movimento operário, sobre o campo de ação dos agentes culturais.

Outro fato da complicada situação cultural no regime foi que “a modernização capitalista estimulada pelos militares tinha na indústria cultural um de seus setores mais dinâmicos. O mercado era estimulado por obras criadas por artistas de oposição e de esquerda, consumida avidamente pela classe média escolarizada”⁴⁵.

Além do mais, o ano de 1964 significou um período de reorganização da economia que se inseria no processo de internacionalização do capital.⁴⁶ Em termos culturais, Renato Ortiz⁴⁷ ratifica que essa remodelação econômica trouxe consequências imediatas, pois juntamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, realizou-se o fortalecimento do parque industrial de produção de cultura e mercado de bens culturais. Portanto, essa questão foi também crucial para a organização de políticas “contidas” de repressão, sobre as culturas de oposição nesse período, pois todo o aumento da produção cultural, desde décadas antes do golpe, contribuiu para o desenvolvimento de uma economia baseada no mercado de bens culturais, e, desarticular bruscamente toda essa indústria, faria com

⁴³ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p.98.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., pp.98-99.

⁴⁶ ORTIZ, Renato. A moderna Tradição Brasileira: Cultura e Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.114.

⁴⁷ Professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem graduação em sociologia pela Université de Paris VIII (1972) e doutorado em Sociologia/Antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1975). É referência nos estudos sobre indústria cultural, modernidade e mundialização.

que o governo militar perdesse forças para sua proposta de desenvolvimento econômico para o país.

É interessante observar que a classe média movimentava grande parte do mercado cultural, e de certa maneira isso afetou o modo de como os militares lidaram, nos quatro primeiros anos de ditadura, com a área cultural. Além de tudo, esse era um “momento estimulante e propício à articulação de uma produção cultural brasileira, capaz de responder em suas diversas áreas ao projeto nacional de desenvolvimento”⁴⁸. É claro que essa política passaria a se aprimorar a medida em que o golpe se firmava. Portanto, quanto mais estabelecido estava o regime, mais mecanismos de controle o governo desenvolveu para a área cultural.

Dentro desse quadro, Napolitano afirma que é possível esboçar um panorama geral de como o regime se relacionou com a cultura brasileira entre os anos de 1960 e parte dos 1980. Ele então define que essa relação se deu de forma direta e indireta:

Direta, pois o regime desenvolveu várias políticas culturais ao longo de sua vigência. Indireta, pois a cultura se beneficiou também das políticas gerais de desenvolvimento das comunicações e do estímulo ao mercado de bens simbólicos, visando à “integração nacional”. Para os militares, a cultura era subsidiária de uma política de integração do território brasileiro, reforçando circuitos simbólicos de pertencimento e culto aos valores nacionais, ou melhor, nacionalistas. Neste projeto, cabiam até alguns tipos de nacionalismo crítico, como o da esquerda comunista, desde que esvaziado da luta de classes. Ao mesmo tempo convergiam no quesito nacionalismo, a direita militar e a esquerda comunista tinham uma desconfiança mútua, pois a primeira entendia a cultura de esquerda como parte da “guerra psicológica” da “subversão”.⁴⁹

Essas duas formas de ação definiram o campo de estratégia dos militares sobre a cultura. O discurso de valorização cultural por meio de aporte nacionalista, esteve presente durante todos os anos de ditadura, aliás, o nacionalismo exacerbado, foi uma das principais estratégias de suporte e de justificativa para os militares alcançarem e se firmarem no poder. A esquerda também possuía expressão cultural, mas dentro de um domínio limitado: “A cultura crítica e de esquerda era tolerada pelo governo militar à medida que o artista engajado ficasse dentro do círculo de giz do mercado e dos circuitos culturais da classe média. Isso foi possível até fins de 1968”⁵⁰. O que ficará nítido mais adiante, é que o regime pretendia desarticular as culturas de oposição feita pelos “artistas de esquerda de classes médias” das classes populares.

As formas diretas de ação cultural, segundo Napolitano, se caracterizavam pela combinação de uma “política cultural repressiva e, sobretudo nos anos 70, uma política cultural

⁴⁸ GONÇALVES, Marcos Augusto e HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cultura e participação nos anos 60. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 10.

⁴⁹ NAPOLITANO, Marcos Op., cit., p.99.

⁵⁰ Ibid., p.101.

proativa”⁵¹. A política repressiva foi marcada pelo desenvolvimento de técnicas de informação, vigilância e censura sob a combinação do comando das:

Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), das inteligências militares e do sistema Codi/DOI (Centro de Operação de Defesa Interna - Destacamento de Operações e Informações) e, sob operação da Divisão e Serviços de Censura às Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (DPF/DCDP) e do Gabinete de Ministério da Justiça, especificamente no caso do controle da imprensa. As três pontas atuaram sobre a área cultural, produzindo suspeitas e impondo silêncio sobre certos temas e abordagens.⁵²

O Dops, o Codi-DOI e a DPF/DCDP formavam o que Napolitano chama de “tripé repressivo”. Sistemas como esses funcionaram como método de controle do Estado sobre tudo aquilo que poderia prejudicar o regime de algum modo, assumindo assim a forma mais autoritária do Estado, que se qualificaria pela perseguição, censura e tortura de parte da sociedade civil:

Para pôr em ação o controle impositivo sobre a sociedade civil, o regime militar tratou logo de aparelhar o Estado com um conjunto de órgãos encarregados de promover um processo metódico de repressão a todos os brasileiros que se colocavam em oposição aos “princípios inarredáveis em que se assentava a ordem política vigente”.⁵³

De forma a complementar o que Napolitano defende, Renato Ortiz afirma que, durante o período de 1964-1980, a censura não se definia apenas pelo veto a todo e qualquer produto cultural, ela agia seletivamente: “São censuradas as peças de teatro, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. O ato censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade da sua produção”⁵⁴. Ortiz ainda ressalta que o movimento cultural pós-64 se caracteriza por dois momentos que, segundo ele, não são contraditórios: por um lado, é o período da história onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais, por outro ele se define por uma repressão ideológica e política intensa, e isso ocorre porque o próprio Estado promove o desenvolvimento capitalista na sua forma mais avançada.⁵⁵

De acordo com Napolitano, existiram três momentos repressivos sobre o campo cultural. O primeiro deles ocorreu entre 1964 e 1968, e tinha a finalidade de “dissolver as conexões entre a “cultura de esquerda” e as classes populares”⁵⁶. O IPM (Inquéritos Policiais-Militares) e processos judiciais, que perseguiram principalmente a imprensa, implementaram, nesses anos,

⁵¹ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p.99.

⁵² Ibid., pp. 99-100

⁵³ JÚNIOR, Amarílio Ferreira. Tortura no Contexto do Regime Militar. REVISTA OLHAR - ANO 02 - N. 4 - DEZEMBRO/00, p. 5.

⁵⁴ ORTIZ, Renato. Op., cit., p. 114.

⁵⁵ Ibid., pp. 114-115.

⁵⁶ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 100.

o ““terror cultural” que transformava todos os intelectuais críticos em potenciais subversivos “inimigos da Pátria””⁵⁷. As práticas dos IPM trouxeram um caráter de insegurança ao meio cultural, mas ao mesmo tempo reforçou a aliança e as culturas de oposição de vários setores intelectuais da época. Napolitano frisa que inicialmente o regime procurou repreender menos os artistas, como indivíduos, e mais as instituições e movimentos culturais: “Era preciso dissolver os elos institucionais e organizativos dos intelectuais e artistas da esquerda, estabelecendo também um regime de “liberdade vigiada” sobre os indivíduos deste campo”⁵⁸. Relacionado à isso, Maria Helena Moreira Alves⁵⁹ afirma que, mesmo em 1964, houve um primeiro momento repressivo da ditadura, antes da promulgação do AI-5. Ela observa que esse primeiro ciclo repressivo:

Concentrava-se no expurgo de pessoas politicamente ligadas a anteriores governos populistas, especialmente o de Goulart. A repressão física direta limitara-se a trabalhadores e camponeses, numa estratégia de classe destinada a eliminar a resistência naqueles setores da população.⁶⁰

Os militares pretendiam eliminar toda e qualquer associação que a classe popular poderia ter com governos anteriores e com o comunismo. Foi esse o foco para os primeiros anos de ditadura, excluindo, portanto, pessoas da classe média da dura repressão e, permitindo aos artistas e intelectuais uma liberdade policiada.

O segundo momento que se encontra entre os anos de 1969 e 1978, tinha como propósito “reprimir o movimento da cultura como mobilizador do radicalismo da classe média (principalmente de estudantes)”⁶¹. Nesse período o regime atuou de forma proativa sobre a cultura:

Nessa fase o regime se armou com novas leis, como a Lei de Censura, em novembro de 1968, que sistematizava a censura sobre obras teatrais e cinematográficas e criava o Conselho Superior de Censura, implantado efetivamente somente em 1979. O Decreto-Lei nº 1.077, de janeiro de 1970, instaurou a censura prévia sobre materiais impressos. A polícia federal, a partir de 1972, se reorganizou para aplicar a censura com mais eficiência, com criação da Divisão de Censura de Diversões Públicas e a ampliação do seu corpo de censores. Para controlar a imprensa, havia os “bilhetinhos” que saíam do Serviço de Informação ao Gabinete do Ministro da Justiça e a autocensura nas redações de periódicos da grande imprensa.⁶²

⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 100.

⁵⁸ Ibid. p.102.

⁵⁹ PhD em ciências políticas do MIT (Massachusetts Instituto of. Technology), especialista em direitos humanos e política internacional. Professora aposentada de Ciência Política e Economia (UERJ), tendo também ensinado no Amherst College, na University of Wisconsin (Madison) e na University of New México nos EUA.

⁶⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 141.

⁶¹ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p.100.

⁶² NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., pp. 100-101.

Neste contexto, o governo militar aplicou ações mais rigorosas contra todos os movimentos de oposição. E foi com o Ato Institucional Nº 5 que a ditadura militar atingiu seu auge de repressão. Maria Helena Alves ressalta que, a consequência mais grave do AI-5 foi que ele “abriu caminho para uma descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional”⁶³. A partir daí, as garantias constitucionais e os direitos individuais foram suspensos, a repressão foi intensificada. Abriu-se passagem para o exílio, a perseguição, a violência e o terror contra os artistas, intelectuais, estudantes, trabalhadores e todos os outros que se opuseram ao regime e, que eram considerados inimigos do Estado:

O período subsequente à promulgação do Ato Institucional Nº 5 veio a caracterizar-se, assim, por uma dinâmica de violência. Alguns setores de oposição empunharam armas [...] A luta armada, por sua vez, fortaleceu no Estado de Segurança Nacional os setores mais ligados à defesa de Segurança Interna. Eles efetivamente se valeram do espaço de que dispunham para implantar um formidável aparato de repressão e institucionalizar a estratégia de controle pelo terror. Neste confronto, os demais setores de oposição e grande parte da população não envolvida foram esmagados por brutal ofensiva das forças de segurança. Seguiu-se um período de silêncio, medo, confusão e desânimo.⁶⁴

Assim, o AI-5 foi preparado “em resposta ao crescente apoio da classe média às manifestações estudantis e à militância dos trabalhadores”⁶⁵. Ele marcou o segundo momento, colocando um fim na primeira fase de institucionalização do Estado e se utilizando de fortes dispositivos de repressão e violência contra a articulação e oposição ao regime.

Por fim, o terceiro momento se insere no período de abertura política, mais precisamente nos anos entre 1979 e 1985, e teve como objetivo principal “controlar o processo de desagregação da ordem política e moral vigentes, estabelecendo limites de conteúdo e linguagem”⁶⁶. Apesar de ainda continuar utilizando a censura como forma de impor aspectos de moralidades às produções culturais e à própria sociedade, as atividades censoras estavam em declínio juntamente com o regime nesses anos:

Estava prevista também a implementação do Conselho Superior de Censura, espécie de instância revisora da censura com representantes da sociedade civil, visando dar uma roupagem “legítima” e “intelectualizada” para uma atividade muito malvista pelas parcelas escolarizadas da sociedade. No entanto, em linhas gerais, o controle policial sobre a oposição cultural ao regime arrefeceu.⁶⁷

⁶³ ALVES, Maria Helena Moreira. Op., cit., p. 135.

⁶⁴ Ibid. p. 136-137.

⁶⁵ Ibid., p. 130.

⁶⁶ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 101.

⁶⁷ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 101.

Esse período da censura também está relacionado com os preceitos “moral e dos bons costumes”. Aliás, no ano de 1970, o atentado à moral e aos bons costumes foi enquadrado como um crime entendido como “subversão”. O Decreto-Lei n. 1.077 de 26 de janeiro de 1970, assinado pelo general Médici, regulamentava o que seria esse crime:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e
CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;
CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;
CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;
CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;
CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;
CONSIDERANDO que o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º dêste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.⁶⁸

⁶⁸ BRASIL. Legislação informatizada - Decreto-Lei n. 1.077 de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em 07/11/2017.

Para o regime, qualquer princípio que se desvirtuasse de seus conceitos conservadores poderia sofrer represálias e censuras. É fato que os homossexuais, ou qualquer outro grupo que não seguisse as regras do que o regime considerava “moral”, sofreram retaliação. O próprio *Lampião da Esquina*, foi acusado de atentado à moral e aos bons costumes e enquadrado na Lei de Imprensa:

Os militares, na tentativa de preservar a moral e os bons costumes segundo uma visão muito própria, conservadora e autoritária, acusavam os comunistas de quererem desestabilizar a família, pregando o amor livre, fazendo propaganda do sexo, da pornografia, ameaçando desintegrar a sociedade. Por isso, a repressão atingiu também os periódicos que defendiam interesses das minorias, das mulheres e dos gays. *Lampião da Esquina* foi enquadrado na Lei de Imprensa, acusado de atentado à moral e aos bons costumes. Várias foram as pressões que o jornal sofreu desde agosto de 1978: visitas matinais dos agentes do Departamento de Polícia Federal, solicitações arbitrárias como fiscalização da contabilidade, humilhação de serem os jornalistas fichados como criminosos.⁶⁹

O *Lampião*, inclusive, dedicou uma edição para falar sobre esse caso. A matéria da edição nº 9, com chamada na capa⁷⁰ denominada “moral e bons costumes?”, expressava o atraso que esses conceitos traziam consigo e falava sobre o quadro que o jornal recebeu dos censores:

Nos Últimos dias de dezembro o diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunes, concedeu uma entrevista ao Globo, na qual disse que a legislação a ser cumprida pela censura “impõe restrições, de tal forma incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade, que o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante batalha contra a realidade”. Para as pessoas que fazem *LAMPIÃO da Esquina*, essa declaração do Sr. Rogério Nunes foi da maior importância, pois é exatamente baseado nestas restrições “incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade” que o DPF está realizando um inquérito contra esse jornal, tentando enquadrá-lo na Lei de Imprensa sob a acusação de “ofensa à moral e aos bons costumes”, por falar sobre homossexualismo.⁷¹

Neste trecho o diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunes, reconheceu à época, que a legislação baseada na moral é subjetiva e não condiz com a realidade da “moderna sociedade”, contudo, foi com esse princípio que realizaram o inquérito contra o jornal. A ofensa à moral se deu por conta da temática do jornal:

⁶⁹ HORTA, Sandra Alves. Imprensa Alternativa - Comentários sobre o acervo. Revista CPC, São Paulo, n. 5, p. 76-92, nov. 2007/abr. 2008, p. 85. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15617>>. Acesso em: 28 de Set. de 2017.

⁷⁰ Ver capa (Figura 2) em anexo.

⁷¹ SILVA, Aguinaldo. Para o Brasil dos anos 2000, os bons costumes do século XIX. *Lampião da Esquina*, n. 9, p. 5.

a “homossexualidade”. Para o regime, falar em “homossexualidade” feria a moral vigente que, na visão deles, dizia respeito à “heterossexualidade”.

Portanto, tudo o que desviasse da “heteronormatividade”, era considerado imoral e, conseqüentemente, seria enquadrado no crime de atentado à “moral e aos bons costumes”. Aguinaldo Silva, completa dizendo: “não é possível considerar imoral a luta de um determinado grupo - discriminado sexualmente - para sair do gueto que lhe foi imposto e assumir seu lugar na sociedade, deixando de ser, dessa forma, cidadãos de segunda classe”⁷².

A matéria do Lampião traz ainda entrevistas com diversas personalidades famosas como Fernanda Montenegro, Bruna Lombardi, Arnaldo Jabor, entre outros, criticando fortemente esse modo de censura do regime. Darcy Penteado, um dos fundadores e escritor do jornal, sugere então que uma verdadeira moral, baseada no respeito, fosse criada:

Já que é para moralizar (a ideia veio de vocês), vamos então tentar fazê-lo todos juntos, cabeças, corações e braços, criando a nova e verdadeira moral, aquela que respeite tanto os direitos da coletividade quanto os do indivíduo, não importando a sua cor, raça, religião ou preferência sexual. Se é para moralizar, partamos de uma premissa honesta: em vez de sair à caça de bruxas hipotéticas em procurar com lupas de aumento pelos em ovos, anulemos a ação perniciosa dos fomentadores de preconceitos, dos intolerantes, dos interesseiros, dos corruptos. Se os “donos da verdade” se fazem de cegos e não topam a proposta, não tem importância; o povo enxergará por eles.⁷³

Apesar da investigação contra o jornal, o Lampião continuaria escrevendo sobre os temas da comunidade homossexual, criticando o regime e denunciando seus crimes. Diversas outras vezes o jornal sofreu com as acusações de atentado contra a moral. Mas a ditadura, em meio ao processo de redemocratização, estava se esgotando.

A abertura política, assim como toda a ditadura militar, foi um período de contradições, o intuito inicial não era começar uma abertura rumo à democratização, mas sim, firmar e alinhar ainda mais o regime.⁷⁴ Contudo, entre os anos de 1978 e 1979, o processo de redemocratização é estabelecido; é posto fim à censura, assim como o próprio AI-5 é revogado (1978).

A cultura, nesses últimos anos de ditadura, passou por um momento de reorganização e reestruturação. Movimentos de minorias como os movimentos feministas e homossexuais, se apropriaram de espaços que antes lhes eram negados, o que refletiu na quantidade de produções culturais feitas por esses segmentos, mas em contraproposta, as políticas reacionárias do Estado, que mesmo enfraquecido, recriminou e vigiou as “práticas imorais” das minorias. Nesse período

⁷² SILVA, Aguinaldo. Op., cit., p. 5.

⁷³ PENTEADO, Darcy. Ma che cosa é questa?. Lampião da Esquina, n.9, p.6.

⁷⁴ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: as Forças Armadas, transição e democracia. Campinas – SP: Papirus, 1994, p. 58.

o cinema, a música e o teatro voltaram a desempenhar papéis de contestação (que não tinham sido abandonados, mas censurados e recriminados) denunciando e criticando os crimes e abusos cometidos durante a ditadura, além de vislumbrar o período democrático que seria conquistado anos mais tarde. Em contrapartida, a imprensa alternativa entra em declínio, explicitando assim, a ruptura das esquerdas e o arrefecimento do regime militar.

1.2 Imprensa Alternativa: resistência e oposição

A imprensa alternativa desempenhou um papel fundamental nas culturas de oposição. Ela foi um espaço de resistência, que se configurava por se opor ao discurso oficial da “grande imprensa”⁷⁵ que, em grande parte, fazia propaganda e apoiava o regime: “cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Destoavam do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo”⁷⁶. Além de ir contra o discurso hegemônico de apoio ao golpe da imprensa tradicional, a imprensa alternativa (também conhecida como imprensa nanica; underground; independente; entre outros vocábulos) denunciava os abusos e crimes cometidos pelo regime.

Consequentemente, esse tipo de imprensa sofreu com grandes ações de censura e perseguição, por ter um posicionamento contrário ao sistema vigente. As matérias dos jornais alternativos eram revisadas constantemente, jornalista foram presos, torturados, e algumas das edições de vários periódicos foram apreendidas pela censura prévia.⁷⁷ Entretanto, o que vamos nos ater aqui, é como a imprensa alternativa se organizou e resistiu nos tempos de ditadura militar.

O jornal “Pif-Paf” (1964) de Millôr Fernandes é considerado o fundador da nova imprensa alternativa⁷⁸ e se tornou uma das grandes inspirações para os demais jornais que surgiriam logo em seguida. Entre os anos de 1964 e início de 1980, cerca de 150 periódicos⁷⁹ de vários lugares do país fizeram parte da imprensa independente.⁸⁰

⁷⁵ Imprensa de grande veiculação. Mídia de massas, de grande poder de influência.

⁷⁶ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 eds., revista e ampliada, 2001, Edusp, p. 5.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 226.

⁷⁹ Ver tabelas em anexo, com os tipos de jornais, posicionamento, anos de publicação, etc.

⁸⁰ KUCINSKI, Bernardo. Op., cit., p.5.

Bernardo Kucinski⁸¹ salienta que a imprensa alternativa surge de duas forças compulsivas:

O desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos.⁸²

Neste caso, Kucinski afirma que o que identificava esse tipo de imprensa era a “contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação”⁸³. Além do mais, os jornais alternativos compartilhavam de ideais comuns, como a vontade de ultrapassar os limites que as mídias tradicionais não ousavam exceder.

Apesar de estarem de alguma forma ligados pela vontade de denúncia de abusos e pelo “combate político-ideológico à ditadura”, não é possível dizer que essa imprensa era homogênea; alguns jornais optavam pela seriedade e por um viés ainda mais político, outros, pelo humor e pela irreverência. Dito isso, havia pelo menos dois grandes tipos de classes de jornais alternativos, como observa Kucinski:

Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do *nacional* e do *popular* dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960[...] Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os bóiasfrias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, como o do *caminho da revolução brasileira* e as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura [...] A outra classe de jornais tinha suas raízes justamente nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Rejeitavam a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média. Além de introduzirem no Brasil temáticas da contracultura, alguns de seus protagonistas experimentaram drogas, em especial o LSD, em busca de novos modos de percepção.⁸⁴

⁸¹ Jornalista, escritor, cientista político e ex-professor da USP.

⁸² KUCINSKI, Bernardo. Op., cit., p. 6.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ KUCINSKI, Bernardo. Op., cit., pp. 5-6.

Dentro da primeira classe, se inserem jornais como o “Politika” de 1971 e o “Opinião” de 1972, que possuíam uma lado mais politizado e menos cômico. O Opinião, por exemplo, foi um importante espaço de convergência e de divulgação dos debates intelectuais: “O tema das “liberdades democráticas” e dos “interesses nacionais” na área econômica e cultural propiciavam uma convergência de debates políticos e ideológicos, trazendo para o jornal a fina flor da intelectualidade brasileira de esquerda”⁸⁵. Relacionados com os “jornais políticos”, havia também os jornais de organizações políticas de esquerda, como “Voz Operária” do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o “A Classe Operária” do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que não eram encontrados facilmente em bancas de jornais, pois circulavam na clandestinidade de mão em mão ou enviados pelos correios⁸⁶.

Já na outra classe, representantes como o “Grilo” de 1971 e o duradouro “O Pasquim” de 1969, traziam aspectos da contracultura norte-americana e do existencialismo e, optavam pelo bom-humor em suas publicações. O Pasquim fez um grande sucesso entre o público que consumia os jornais alternativos, principalmente entre os mais jovens, muito porque ele abordava temas sobre sexualidade, drogas, cultura pop, além das sátiras políticas.⁸⁷ Ele foi um dos periódicos independentes que mais duraram, foram mais de 20 anos de publicação, e, surge, paradoxalmente, pouco tempo depois da decretação do AI-5, em junho de 1969.

Kucinski reitera que mesmo os jornais de linha existencialista e cômica como os citados acima, atuavam opondo-se ao regime. Isso significava a convergência das duas classes, dentro do propósito de “cultura de oposição” da imprensa alternativa.

Na década de 1970, os chamados “jornais alternativos sociais”, “localizados em determinados segmentos populacionais”⁸⁸, começaram a aparecer:

Muitos dos jornais existiram ao longo dos anos 1970 tinham foco temático mais específico. A questão cultural e os novos movimentos de minorias tinham lugar privilegiados no jornal *Versus* (1975-1979). O feminismo tinha como veículos principais os jornais *Brasil Mulher* (mais focado em questões propriamente feministas, 1975-1980) e *Maria Quitéria* (1977-1979), porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia, mais voltado para a participação da mulher na política geral. O *Lampião* (1978) foi o primeiro jornal a dar voz ao movimento homossexual no Brasil.⁸⁹

⁸⁵ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 227.

⁸⁶ MEMÓRIAS DA DITADURA. Imprensa Alternativa: Os jornais da época. Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/panorama-da-resistencia/index.html>> Acesso em: 30 de Set. de 2017.

⁸⁷ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 227.

⁸⁸ HOHLFELDT, Antônio. A fermentação cultural da década brasileira de 60. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 11 dezembro 1999, semestral, p. 50. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3050>>. Acesso em: 30 de Set. de 2017.

⁸⁹ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 227.

O final dos anos de 1970 representou tanto o aparecimento de jornais com essas temáticas e a própria organização das minorias sociais em movimentos, quanto o enfraquecimento da imprensa alternativa:

Com o recuo da ditadura, a anistia, a volta dos líderes da oposição que estavam exilados, as grandes greves de trabalhadores, a reorganização partidária, e a reanimação dos movimentos populares produziram uma rápida mudança no cenário político. A ampla frente pela democratização foi se desmanchando antes mesmo de alcançar plenamente seus objetivos, mérito da astúcia política da ditadura decadente, que conseguiu recuar em ordem, graças a medidas que promoveram a divisão da oposição. A nova conjuntura, com cada força política procurando ocupar seu espaço, já não demandava jornais generalistas, jornais de frente. Cada partido ou tendência tratava de produzir órgãos de comunicação de massas com suas próprias propostas. A consequência disso foi que, entre 1979 e 1981, a imensa maioria dos jornais da imprensa alternativa foi deixando de existir. A grande imprensa, que tratou de tomar suas bandeiras (e descaracterizá-las), logo recuperou sua hegemonia diante do público. Além disso, uma onda de atentados a bancas de jornal, na mesma época, amedrontou os jornaleiros que vendiam publicações de esquerda.⁹⁰

O declínio da imprensa “nanica” coincide com o declínio do próprio regime militar. Além disso, a fragmentação da esquerda, assim como os atentados da extrema-direita às bancas de jornais, que “impossibilitou um frentismo mais amplo”, foi fatal para a imprensa alternativa.⁹¹ Napolitano frisa que a partir dos anos 1980, os grupos de partidos de esquerda “investiram mais na imprensa partidária, buscando um leitor mais fiel aos seus grupos e uma formação doutrinária mais estrita”⁹².

É nessa conjuntura que está inserido o *Lampião da Esquina*. As minorias finalmente ganharam espaço no final dos anos 1970. E o *Lampião* seria o responsável por divulgar a matriz das manifestações do movimento homossexual. E a divulgação da expressão cultural homossexual, nas páginas do *Lampião da Esquina*, seria um dos meios de exaltação das manifestações crescente desse movimento.

⁹⁰ MEMÓRIAS DA DITADURA. Imprensa Alternativa: Os jornais da época. Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/panorama-da-resistencia/index.html>> Acesso em: 01 de Out. de 2017.

⁹¹ NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 227.

⁹² Ibid., pp.227-228.

CAPÍTULO II

2. Minoria, cultura e organização política

O movimento homossexual ganhou espaço na imprensa alternativa com o jornal *Lampião da Esquina*. Como já foi abordado nesta pesquisa, o *Lampião* chegou com o propósito de tirar do gueto essa comunidade que era constantemente marginalizada e recriminada. Porém, para muito além de “sair do gueto”, o *Lampião* conseguiu trazer uma consciência política para o “movimento gay”⁹³.

No final dos anos de 1970 a cena cultural homossexual vinha se firmando. Além do mais, este foi um período importante para a afirmação das minorias⁹⁴ no Brasil, sendo uma época de grande mobilização e articulação na luta pelo fim da ditadura e, da volta da garantia de antigos direitos. Os movimentos feminista e dos negros, já possuíam um histórico de lutas pela reivindicação de seus direitos no século XX. Mas o movimento homossexual no Brasil, mesmo já tendo ensaiado uma organização, não possuía um histórico de impugnação como esses outros movimentos. E foram as feministas e os negros, os incentivadores dos grupos de militância homossexuais:

Tanto os negros e as mulheres tinham uma longa história de lutas que, no passado, visavam assegurar os direitos plenos de cidadania que lhes eram sistematicamente negados. Porém, por uma série de razões, nos anos pós-guerra e especialmente depois de 1964, essas campanhas se arrefeceram e suas lutas foram ignoradas, não só pela elite no poder, mas pelos próprios grupos oposicionistas. As transformações ocorridas na sociedade, a partir da década de 70, fizeram com que os negros e as mulheres retornassem velhas reivindicações e levantassem novas exigências [...] Devido aos aspectos em comum entre suas organizações, negros e mulheres se tornariam interlocutores e aliados privilegiados dos grupos de militância homossexual, que como eles, não viam no seu status minoritário motivo para o desmerecimento de suas reivindicações específicas, voltadas aos seus problemas imediatos.⁹⁵

⁹³ Termo utilizado nas décadas de 1970 e 1980, para designar o movimento homossexual.

⁹⁴ Entende-se aqui o termo “minorias”, como um grupo social (mesmo sendo maior numericamente, como, por exemplo, o caso dos negros no Brasil) que sofre subordinação a um outro grupo que afirma-se como “dominante” e, que impõe seus preceitos sociais, econômicos e políticos para os outros segmentos da sociedade. Há também o entendimento de que o “movimento de minorias” é designado para a convenção de lutas de determinados grupos sociais que almejam direitos de igualdade, reconhecimento e melhorias dentro da sociedade que, de certa forma, os exclui. CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. *Rev. C Sociais*. Vol. I, n. 11, p. 149-150. Disponível em: < http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v2n1/rcs_v2n1a8.pdf>. Acesso em 29 de Nov. de 2017.

⁹⁵ MACRAE, Edward. Op., cit., p. 25.

Foi pela influência desses movimentos que os homossexuais começaram a se organizar politicamente. Apenas completando essa informação de MacRae, Marilena Chauí ainda afirma que os movimentos minoritários foram essenciais para diversas lutas nos períodos ditatoriais:

Os movimentos das minorias sexuais, dos negros, das mulheres, vieram cerrar fileiras com outros grandes movimentos que foram capazes de congregiar todas as classes sociais e tendências políticas de oposição: a luta pelos direitos humanos, a luta contra a Lei de Segurança Nacional e a Lei dos estrangeiros, e a reivindicação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, eleita por sufrágio universal.⁹⁶

Durante sua organização política, o movimento ganha divulgação com o surgimento do *Lampião da Esquina*. É interessante observar que já em meados dos anos 1970, jornais feministas ocupavam espaço na imprensa alternativa. Em 1978, ano de lançamento do *Lampião*, jornais para determinados segmentos sociais estavam em alta, jornais para o público negro e indígena surgiram nesse ano. Pegando embalo nessa onda, o *Lampião* surgiu para oferecer um espaço de discussão para o público homossexual, assim como outras minorias sociais já tinham seu espaço na imprensa alternativa.

Antes de começar a falar propriamente do *Lampião*, é necessário compreender alguns pontos importantes sobre “manifestação cultural” e “politização”, principalmente, quando se trata do movimento e afirmação de minorias. O historiador Michel de Certeau evidencia que a manifestação mais imediata de dado movimento minoritário, é de ordem cultural.⁹⁷ Entretanto, Certeau pondera que:

O caminho tomado e seguido normalmente por um movimento que resgata sua autonomia é exumar, sob a manifestação cultural que corresponde a um primeiro momento de tomada de consciência, as implicações políticas e sociais que aí se acham envolvidas. Isso não significa, no entanto, eliminar a referência cultural, pois a capacidade de simbolizar uma autonomia no nível cultural permanece necessária para que surja uma força política própria. Porém, é uma força política que vai conferir à declaração cultural o poder de realmente se afirmar.⁹⁸

Para Certeau, há um envolvimento entre as forças políticas e culturais. Todavia, para ele, é a força política que assegura a consolidação da ordem cultural, e não o contrário. A tomada de consciência pode ser, primeiramente, de caráter cultural, mas ela só irá se consolidar, se existir um entendimento político conjunto. Quanto à política, podemos entendê-la como uma “capacidade de organização social entre os seres humanos. É o lugar da convivência

⁹⁶ CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistências*. Editora Brasiliense, primeira edição, 1986, p. 53.

⁹⁷ CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. São Paulo: Papirus, 1995, p. 146.

⁹⁸ *Ibid.*, pp. 148-149.

(afetividade), da comunicação (palavra, razão), do consenso (pacto ou acordo), do conflito (diferença) e de ações transformadoras”.⁹⁹

Já existia uma manifestação cultural da comunidade “gay” nos anos 1970, e muito antes disso. Contudo, ela sempre esteve relegada à uma “cultura underground”, ou, uma “cultura de gueto”, que não chegava à superfície da sociedade. Para se afirmar enquanto um movimento, os homossexuais precisaram criar uma consciência política, eles precisaram achar sua força política e, terem a capacidade de se organizar. Uma coisa importante de se ater, é que a consolidação da organização política do movimento homossexual, além ter tido ajuda e influência dos movimentos negros e feministas, deve muito ao surgimento do Lâmpião da Esquina e do “Grupo Somos”¹⁰⁰. Como diziam os organizadores do jornal em sua edição de abertura: era preciso tirar os homossexuais do gueto, à vista disso, o Lâmpião trouxe a “politização” para seu público.

Pode-se destacar dezenas de abordagens que continham nas páginas do Lâmpião, porém, neste capítulo, vamos nos ater às pautas de cunho cultural como forma de entender a manifestação imediata de um movimento de minoria, como coloca Michel de Certeau, e vamos procurar compreender porque o Lâmpião foi essencial para a politização do movimento homossexual.

2.1. A cultura homossexual na redemocratização (1978-1981)

O Lâmpião da Esquina possuía um número extenso de matérias culturais. Em suas quarenta e uma edições, mesmo em suas últimas publicações, com o esfacelamento, em partes, das matérias políticas e culturais, o espaço para a divulgação cultural sempre esteve presente e, percorria desde entrevistas com artistas de grande prestígio como Ney Matogrosso e Lecy Brandão falando de suas respectivas sexualidades e outros diversos assuntos, até divulgação de roteiros culturais na rua Augusta, em São Paulo, para o público “guei”. Havia seções dedicadas ao teatro, cinema e literatura que, de algum modo, falavam sobre sexualidade: seja porque uma peça de um diretor gay estava estreando, ou, porque havia um livro recém lançado que tratava de homossexualidade. Fato é que o jornal tinha nas matérias de cultura um dos seus principais suportes para a “politização” de seu público.

⁹⁹ PEREIRA, William César Castilho. A força política dos grupos organizados: mística e profecia. Disponível em: <http://200.229.43.1/documentos/william_cesar_forca_politica.pdf?PHPSESSID=269a825cd20b866553ad8c39ae535c55>. Acesso em: 20 de set. de 2017.

¹⁰⁰ Primeiro grupo de militância homossexual do Brasil, surgido em 1978.

O Lampião tratava sobre cultura, política, mas a questão que fica é: será que existem elementos suficientes para embasar a afirmativa de que neste período já existia uma cultura homossexual? Esse é o questionamento de uma matéria escrita por Darcy Penteado¹⁰¹ denominada: “Cultura homossexual: já existe?”, veiculada na edição nº 19 do ano de 1979.

Na publicação o autor trata, antes de tudo, sobre a organização e conscientização das minorias. Darcy diz:

De repente, um marco no panorama cultural da segunda metade do século XX: as minorias se conscientizam. Com tal procedimento elas prestem suas possibilidades de sobrevivência e participação social, enquanto paralelamente inicia-se, a partir delas, uma cultura própria, específica e, como não poderia deixar de ser, desvinculada, sempre que necessário, dos moldes tradicionais do sistema. Talvez seja cedo demais para previsões, mas a cultura minoritária, que apenas começa, porém, está latente na contemporaneidade, será decisiva na organização social do futuro [...] Toda cultura decorre, principalmente, do "modus vivendi" de cada agrupamento humano. Nesse sentido, podemos dizer que as culturas minoritárias ainda têm muito pela frente [...] Contudo, o importante é que já existe uma tomada de consciência das e sobre as minorias.¹⁰²

De certo modo, essa noção se relaciona com o que Michel de Certeau defende, a conscientização política é afirmação da consolidação cultural. Para Darcy, as minorias já possuíam uma conscientização, principalmente, as mulheres e os negros, visto que seus respectivos movimentos tiveram muita relevância no século XX. Já os homossexuais estavam ainda no começo de sua organização, conseqüentemente, seu movimento cultural também estava em formação. Darcy continua:

É preciso que se entendam como elementos culturais todas as manifestações vivenciais dentro do grupo, não apenas as "obras culturais" científicas, literárias, artísticas, etc., que usam esses elementos vivenciais ou fazem a análise deles. Assim, também é elemento cultural a maneira de usar uma roupa de cozinhar um legume, de adotar um neologismo, de reagir a uma acusação [...] Eu classificaria a cultura minoritária em três espécies ou etapas: a primeira, aquela que se faz sobre ela, olhando-a de fora; a segunda produzida por elemento ainda não conscientizado da minoria; no caso de obra realizada ela pode ser ou não sobre a minoria, servindo como referência. Exemplo: a obra não homossexual de Oscar Wilde. Finalmente a terceira, que é construída por elementos conscientizados, portanto, com bases próprias e conhecimento de causa relegando os moldes convencionais.¹⁰³

Aqui o autor expõe a necessidade do entendimento dos elementos culturais como uma forma de “existir” das minorias, de tornar pública essa existência e, de pensar esses elementos, para além da cultura produzida, mas sim, de uma cultura vivenciada por esses grupos

¹⁰¹ Artista Plástico, literato, desenhista e um dos fundadores do Lampião da Esquina.

¹⁰² PENTEADO, Darcy. Cultura homossexual: já existe? Lampião da Esquina, n. 19, p.9.

¹⁰³ Ibidem.

minoritários. A classificação da cultura de minoria, determinada por Darcy Penteado, ajuda a perceber as etapas culturais feitas sobre e pelos homossexuais. A terceira etapa designada, fala sobre o ápice do reconhecimento cultural, que é, a já mencionada, conscientização. Mas é uma conscientização do próprio movimento e de todo o resto da sociedade. Percebe-se que a conscientização é um fator determinante para o estabelecimento de toda manifestação das minorias. Agora, partindo especificamente para a cultura homossexual, Penteado evidencia:

Não sei se me explico bem: o fato, por exemplo, de um escritor ser homossexual, não quer dizer que a sua obra constitua objetivamente cultura homossexual ou que contribua para ela. Até pelo contrário: o não assumir-se quase sempre resulta numa série de preconceitos mais graves que os dos não minoritários [...] A partir do momento em que apenas as referências bibliográficas e históricas não nos bastam, em que não se necessita de consolos, em que desprezamos os enrustidos, em que nos ressentimos pelo que alguns homos poderiam ter feito com o seu talento e não o fizeram, em que nos recusamos a servir de cobaias para que cientistas e sociólogos determinem nosso comportamento, em que nos apoiaremos para caminhar com nossos próprios passos e pelos nossos próprios caminhos, tão pouco definidos ainda? A resposta é: numa cultura nascente, e que, por ser muito nova, ainda não foi devidamente pesquisada, nem por nós mesmos. E cultura ganha então aquele sentido amplo de comportamento vivencial, de forma ou formas de pensamento, de consciência coletiva, de aproveitamento de capacidade ainda não exploradas e inerentes à própria sensibilidade minoritária. A vivência minoritária é cultura latente, presente. Assim sendo, tanto contribuirão para uma cultura homossexual o ensaísta conscientizado, o artista que retrate aspectos desse cotidiano, o entendido que não pretenda criar nada, mas que viva a sua sexualidade cotidianamente, a bicha louca que dá shows na rua, a sapatona que distribui sopapos, o travesti prostituto que leva porrada da polícia, etc., etc.¹⁰⁴

Nota-se com esse argumento de Penteado, a necessidade que havia na época de uma pessoa “entendida”¹⁰⁵ assumir sua homossexualidade. Se essa pessoa fosse artista ou possuísse qualquer outra profissão que tivesse “visibilidade”, ela contribuiria para que a “vivência da minoria” se mostrasse presente, passasse a ter outro significado e, saísse da “marginalidade”. Como se nesse momento, a cultura homossexual pudesse de fato assegurar sua existência dentro da sociedade. O “assumir”, portanto, tem um significado importante aqui, ele é um ato político.

É perceptível que nesse período a cultura homossexual estivesse em formação. O próprio Darcy Penteado escreve um ano antes, na edição nº 0, que parecia “ousadia querer então falar de uma cultura homossexual brasileira”¹⁰⁶, pois nesse período os homossexuais estavam, segundo Penteado, “sobrecarregados de preconceitos”, motivo pelo qual a cultura homossexual

¹⁰⁴ PENTEADO, Darcy. Op., cit., p.9.

¹⁰⁵ O termo se refere à uma pessoa homossexual.

¹⁰⁶ PENTEADO, Darcy. Ensaio. Lâmpião da Esquina, n.0, p.3.

“continuava tendo existência underground”¹⁰⁷, ele completa afirmando que para se chegar perto da “normalidade” seria preciso ter a “conscientização do meio sobre o que seja a verdadeira homossexualidade e, principalmente, da autoconscientização dos artistas criadores”¹⁰⁸.

Acompanhada da conscientização, a cultura de minoria necessitava também de divulgação. Como foi visto aqui, no regime militar a imprensa alternativa foi um espaço para o debate crítico contra a ditadura, mas o lugar de jornais direcionados a públicos específicos, só foi conquistado no período da abertura política.

Foram com esses jornais que as minorias tiveram uma razoável visibilidade na mídia, mesmo sendo em uma imprensa especializada. Nesse sentido, é importante destacar que o *Lampião* trouxe tanto a conscientização, quanto a disseminação do movimento homossexual.

O *Lampião*, sendo parte da imprensa alternativa, era um espaço de militância e, conseqüentemente, de contestação. Porém, para além da contestação, o *Lampião* também desempenhou o papel de divulgador cultural. A maioria de suas matérias sobre cultura possuíam um tom contestador. Um exemplo disso é uma matéria sobre feminismo no cinema. Na coluna “tendências” da edição nº 10, a matéria intitulada “Cinema feminista ou o novo messianismo?” que ao mesmo tempo que questionava o aproveitamento do feminismo pela sétima arte, divulgava um novo filme que trazia um viés mais altruísta sobre a ótica do engajamento feminista:

A questão feminina já ultrapassou o âmbito dos debates intelectuais fechados: atualmente atinge desde os sindicatos e grupos partidários até os meios de comunicação e os temas cotidianos. Sem dúvida, essa discussão vem cada vez mais questionando uma prática social baseada em padrões masculinos, e milenarmente consagrada na história humana. É natural, portanto, que comecem a surgir, no campo da criação artística e ficcional, obras que aproveitem a onda. Têm chegado ao Brasil certos filmes que, pelo menos, refletem tal questão. É o caso, por exemplo, de **“1900 e Um dia muito especial”**. Mas nenhum deles, ainda tinha colocado seus personagens como agentes da luta feminista. Até que em **“Duas mulheres, dois destinos”** a diretora Agnès Varda apresentou as duas personagens centrais engajadas nessa militância específica [...] **“Duas mulheres, dois destinos”** pretende afirmar sem medo a legitimidade do prazer e da felicidade, enquanto elementos ligados a uma busca individual. Seus personagens principais não estão preocupados em responder a grandes programas político-dogmáticos, o que é um desafio neste tempo em que os atestados ideológicos gozam de tanto prestígio.¹⁰⁹

¹⁰⁷ PENTEADO, Darcy, op., cit., p. 3.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ SURTI, Cynthia e TREVISAN, Silvério. Cinema Feminista ou novo messianismo? *Lampião da Esquina*, n. 10, p. 12.

Outro exemplo, é uma reportagem sobre o papel dos “gays” na televisão, intitulada “Bichices na Tevê (Plim, Plim)”, o autor condena a recorrente ridicularização dos homossexuais nesse tipo de mídia:

É lamentável que um grande veículo de comunicação de massas, como a televisão seja portador de tão profunda repressão. Lamentável, também, que autores e atores, na maioria das vezes portadores de uma grande abertura, sirvam de porta-voz de discriminação e ridicularizações. Diante deste quadro, quem sai cada vez mais vencido somos nós, que ao invés de unirmos nossas forças e lutarmos contra a opressão machista, nos encastelamos em nossos guetos esperando que uma fada madrinha venha resolver nossos problemas.¹¹⁰

Esse tipo de matéria cultural esteve presente desde o início no jornal. Foi com matérias “culturais contestadoras” que o Lâmpião optou por denunciar as opressões que perpassavam o meio cultural. Entretanto, não era só de contestação séria que vivia o jornal, o humor também esteve presente em suas páginas. A irreverência e o bom humor foram bastante utilizados nas críticas sociais do jornal. São inúmeras as charges satíricas¹¹¹, além de matérias irônicas sobre a ditadura.

Agora, outro ponto interessante de ressaltar, são as divulgações dos espaços frequentados pelos homossexuais.¹¹² São muitos os anúncios sobre estabelecimentos, como cinemas, bares, boates, saunas, praças direcionados ao público “gay”, a maioria em grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Os guetos gays surgem como um local de acolhimento da diversidade, mas também de marginalização. Tendo como exemplo a cidade de São Paulo, os espaços públicos para os homossexuais eram bastante diversificados. Edward MacRae discorre sobre o gueto homossexual em São Paulo:

Trata-se de uma região central, onde se situam bares, saunas, boates, banheiros públicos e parques que servem como ponto de encontro de homossexuais. Além dessa área central existem outras regiões de aglomeração ou de perambulação homossexual, menores, espalhadas tanto em regiões nobres quanto em bairros proletários.¹¹³

Esses lugares eram espaços de socialização da “comunidade gay”. Na maioria das vezes, eram dedicados especialmente à essa população. Contudo, aos poucos, os “gays” foram se apropriando de outros locais que não eram exatamente destinados à eles, mas que por conta da rejeição e do processo de marginalização, ficaram conhecido por serem “redutos gays”. É o

¹¹⁰ MOREIRA, Antônio Carlos. Bichices na Tevê (Plim, Plim). Lâmpião da Esquina, n.23, p. 11.

¹¹¹ Ver exemplos de charges (figuras 4 e 5) em anexo.

¹¹² Ver exemplos de anúncios (figuras 6, 7 e 8) em anexo.

¹¹³ MACRAE, Edward. Op., cit., p. 50.

caso da praça da República, em São Paulo. Há uma matéria do Lampião, na edição nº 13, que ilustra bem este cenário:

Estamos na praça da República, em pleno coração de São Paulo. Nove entre 10 brasileiros já ouviram falar dessa praça, o ponto mais famoso da bicharada de São Paulo. E a menção do lugar sempre leva a um comentário maldoso ou gozação, mais pelo fato de ser um antro de bichas do que pelo conhecimento do que acontece de fato naquele quadrado, da marginalidade e da repressão. Em termos de badalação ou frequência, a praça perde de longe para a rua Vieira de Carvalho ou o Largo do Arouche, locais considerados mais nobres, mais classe média, onde o pessoal sai para mostrar sua nova camisa Pierre Cardin ou o sapato bico fino que está na moda, ou o carro do ano que papai está ajudando a pagar. O engraçado é que a Vieira de Carvalho começa na República, mas o pessoal classe média se escandaliza, torce o nariz para a praça. Para irem ao outro lado da cidade (rua Barão de Itapetinga), o máximo que admitem a andar pelas calçadas nas extremidades. Entrar lá dentro, nem morta.¹¹⁴

Essa reportagem expressa as formas de marginalização sofridas pelos homossexuais nesses locais. Sofriam tanto por preconceitos de orientação sexual, como também de classe. Todavia, é pertinente observar que o Lampião, ao mesmo tempo que criticava os modos de marginalização sofridos pelos “gays” nesses espaços, como demonstra essa matéria da praça República, fazia também questão de divulgar os “guetos gays”, como forma de promover o encontro e aumento da presença dos homossexuais nos espaços públicos e privados. Um exemplo disso, está na mesma edição nº 13, com a divulgação de um roteiro para as mulheres lésbicas que procuravam por lugares para socializarem:

Nós, as mulheres homossexuais que participamos do número anterior deste jornal, resolvemos responder às várias cartas solicitando um roteiro especificamente nosso. Pensamos fornecer às interessadas o maior número possível de dados sobre os bares, restaurantes e discotecas do guei feminino em São Paulo. Queremos deixar claro que não estamos propondo o gueto e sim, expondo o gueto. Fica aqui sugestões para que se apresentem roteiros de outras cidades.¹¹⁵

Neste roteiro havia em torno de 6 bares que atendiam o público lésbico, todos na grande São Paulo. Como é visível, havia espaço para todos os segmentos de pessoas homossexuais nesses lugares. É curioso observar a forma de tratamento desses locais: eram sempre tidos como “guetos”, uma maneira de indicar a “marginalidade”. Como eram lugares “marginalizados”, foram frequentemente vigiados e alvos de ações policiais:

Em 1976, a polícia civil paulista toma a iniciativa de realizar um estudo de criminologia sobre a prostituição tanto de michês quanto de travestis em São Paulo. Neste estudo, o delegado Guido Fonseca relata que havia diversas

¹¹⁴ DANTAS, Eduardo. Uma praça chamada República. Lampião da Esquina, n. 13, p. 6.

¹¹⁵ Viva São Paulo – Um roteiro para as mulheres. Lampião da Esquina, n. 13, p. 5.

boates e saunas voltadas para o público homossexual, demonstrando que o mercado estava em plena expansão [...] O historiador James N. Green classificou a situação dos homossexuais nesse período como participantes de um espaço semipúblico, pois cotidianamente estavam sujeitos a atitudes hostis da polícia, da imprensa e de setores conservadores da sociedade. Por mais que abertura política tivesse representado um avanço perante as décadas passadas, a manutenção dos territórios onde era possível viver experiências homoeróticas e homoafetivas não se dava de forma tranquila, sendo negociada e vigiada pelas forças policiais.¹¹⁶

Isso demonstra a forma de controle do Estado sobre os espaços frequentados por homossexuais. Um ponto importante a se destacar, é que dentro do movimento, as travestis sofriam duas vezes mais com as ações policiais e com a reprovação por parte dos setores conservadores da sociedade. A prostituição, muitas vezes, era a única alternativa para elas, que não tinha oportunidades de trabalho. O Lampião abordou e denunciou os crimes cometidos contra as travestis diversas vezes. Exemplo na matéria: “Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis!”, que falava sobre a falta de oportunidades oferecidas a essas pessoas e dos preconceitos por elas sofridos:

Constata-se então que a prostituição do travesti aparece no Brasil como um dos espelhos (um dos muitos) da nossa miséria, da nossa incultura, da nossa desigualdade social e econômica e, conseqüentemente, do elitismo do nosso poder político. É fato comprovado que o travesti-prostituto vem em sua maioria das camadas proletárias da nossa sociedade e que antes de adotar como embalagem o traje feminino quase sempre imigrou de lugar menor para uma cidade grande. Com formação educacional primária, calejado desde a infância na sua cidade pela incompreensão familiar e pela opressão social, chega por aqui só com a coragem, pernas dispostas a correr da polícia e com a sagacidade, que algumas vezes advém curiosamente, da sua condição sexual- porém, inaptos, mesmo para os subempregos para os quais os patrões também dão prioridade aos hétéros, porque não desmunhecam.¹¹⁷

Percebe-se com isso, que o objetivo do Lampião de “tirar os homossexuais dos guetos”, era urgente. O Lampião da Esquina desempenhou um papel importante, como já foi dito, neste sentido. Mesmo não sendo 100% bem sucedido (o que não é até hoje), esse desejo dos fundadores do jornal significou, pelo menos, um ponto de partida em direção à aceitação e ao fim da marginalização desse grupo social.

Um outro aspecto a evidenciar, é que a manifestação cultural oferece um significativo instrumento de resistência. Como foi afirmado por Michel de Certeau e, será novamente ressaltado aqui: a cultura é a manifestação mais imediata de uma minoria. Ao relacionar essa

¹¹⁶ OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 149.

¹¹⁷ PENTEADO, Darcy. Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis! Lampião da Esquina, n. 24, p. 2.

noção com o trabalho de divulgação cultural que o jornal “Lampião da Esquina” desempenhou e, com desenvolvimento do próprio movimento homossexual no final dos anos 1970 e início de 1980, percebe-se que isso ocorreu. Além disso, é interessante também pontuar que:

Por meio de músicas, representações teatrais, textos anônimos, inversões, performances e utilizações jocosas de signos do poder, os (as) homossexuais demonstram sua resistência a situações que lhes são opressivas. Valendo-se de metáforas, explorando sua criatividade, tendo o riso, a arte, a linguagem, a música e outros elementos como arma, procuram reagir às formas de opressão que sobre eles (elas) incidem. Não são, portanto, passivos (as) e impotentes, nem ficam à mercê de forças históricas externas e dominantes. Pelo contrário, desempenham um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua identidade cultural e sexual.¹¹⁸

De fato, os homossexuais foram (e ainda são) os principais agentes de suas lutas e história. Esperar que o Estado, em anos de ditadura militar, facilitasse a vida dessas pessoas, é ingenuidade. Como está sendo apresentado nessa pesquisa, a divulgação e a busca pela articulação política da comunidade homossexual, por parte do Lampião da Esquina, foram essenciais para a organização e formação da identidade do movimento das minorias sexuais.

Em seus anos finais de publicação, um desgaste abateu-se sobre o Lampião. Longe de ser a maior e a única expressão cultural midiática voltada ao público homossexual (mesmo sendo a primeira) que surgiu no período final de redemocratização: “Outras publicações surgiram voltadas para o público homossexual como a revista Rose, por exemplo”¹¹⁹, o jornal se acomete de erros ao final.

O Lampião rompe com os princípios culturais e políticos que marcaram seu início: “Aproveitando a maior tolerância das autoridades na área de costumes, começaram a surgir publicações sem nenhuma pretensão cultural ou política mas dispostas a preencher suas páginas com fotos de nus masculinos”¹²⁰. Certamente, em suas últimas edições, o teor político e cultural das matérias, não deixaram de existir, porém, sofreram um esgotamento e, as publicações com nus frontais masculinos aumentaram. Exemplo disso, uma matéria que exalta o nu masculino na edição nº 27, designada “Finalmente: o nu frontal”¹²¹, sobre o lançamento de um livro fotográfico de nudismo e, que no corpo da matéria trazia fotos de homens nus e, tratava do tabu da nudez e do erotismo. Matérias com esse enfoque seguiram aparecendo nas edições finais do jornal. Para além disso, o declínio do Lampião ocorreu, dentre outros fatores, por “desavenças

¹¹⁸ DAVI, Edmar Henrique Dairell. Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se a homofobia em Uberlândia. Cad. Esp. Fem., Uberlândia/MG, v. 24, n. 1Jan. /Jun. 2011, p. 143.

¹¹⁹ MACRAE, Edward. op., cit., p. 91.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ BAFORADA. Finalmente: o nu frontal! Lampião da Esquina, n. 27, p. 9.

internas e briga com grupos homossexuais e de esquerda”¹²². Foi então que em 1981 com o nº 37, o *Lampião* encerra suas atividades:

O jornal enfrentou vários problemas por ser uma publicação da imprensa nanica e teria encerrado suas atividades mergulhado num vácuo: o *Lampião* abandona o teor contestatório e não consegue assumir as características de uma publicação voltada ao consumo. Sem que seja necessário entrar nos detalhes relativos às disputas acerca de um projeto para o jornal, que realmente ocorreram, ou da vitória de uma determinada proposta, é possível perceber que um jornal publicado para lutar contra a censura teria, de qualquer modo, dificuldades para sobreviver ao fim da censura e à passagem de seus temas para as páginas de jornais e revistas de grande circulação.¹²³

O *Lampião* foi um respeitável articulador da mobilização do movimento homossexual nesse período, e deixou uma lacuna com seu fim. Contudo, o que importava, é que o jornal foi uma faísca que acendeu o debate político dentro da comunidade homossexual. A manifestação cultural, na qual o *Lampião* fez parte, foi uma das formas achadas pelos homossexuais, para se integrarem e se mostrarem presentes na sociedade. Entretanto, o fim da ditadura e, também, do *Lampião da Esquina*, demonstraram que seria preciso criar novas formas de resistências contra as afrontas que surgiriam logo em seguida.

2.2. Os desafios e as novas lutas do movimento LGBT no pós-ditadura militar

Em meados dos anos de 1970, os “LGBT’s”¹²⁴ começaram suas reivindicações e sua busca por seus direitos. Foi nesse período que o movimento passou a se organizar politicamente e a ocupar espaços que antes lhes eram negados. Entretanto, isso tinha um preço. A repressão sofrida pelo movimento foi forte, tanto pelo lado dos militares, como também pela sociedade, que ainda preservava valores conservadores. A resistência e a manifestação cultural foram, nesse contexto, as formas seguidas pela comunidade LGBT’s para continuar na luta.

Com o fim da ditadura militar, novos desafios foram expostos para a comunidade: “Do mesmo modo que a redemocratização produziu um vácuo para a continuidade da atuação do *Lampião da Esquina*, pode-se imaginar que o final da ditadura tenha criado também dificuldades para a continuidade da atuação dos grupos homossexuais”.¹²⁵ Houve, portanto, no pós-ditadura, um declínio dos movimentos organizados da comunidade LGBT. Regina

¹²² MACRAE, Edward. op., cit., p. 91.

¹²³ FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: Reconstituindo um histórico. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003, p. 94.

¹²⁴ Uso o termo LGBT’s (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), pois nesse subcapítulo, trago o debate para os dias atuais. Assim como também será diferenciada “orientação sexual” de “identidade de gênero”.

¹²⁵ FACCHINI, Regina. Op., cit., p. 95.

Facchini¹²⁶, acompanha o que James N. Green defende, ele observa que existiu uma série de fatores que poderiam ter contribuído para esse declínio:

O crescimento da inflação e do desemprego dificultaria a mobilização dos ativistas; a falsa ideia de que em tempos democráticos os direitos civis dos homossexuais poderiam expandir-se mais facilmente; por outro lado, o espaço dado para a homossexualidade em meios de comunicação convencionais e a expansão de um mercado voltado para homossexuais teriam produzido uma ilusão de liberdade e de que a organização política não era necessária.¹²⁷

Um outro fator que cooperou para o aumento dos preconceitos contra os homossexuais e transexuais e, conseqüentemente, da dificuldade de lutar contra eles, foi Aids, a doença que ficou popularmente conhecida como “peste gay”.¹²⁸ Nas décadas de 1980 e 1990, os LGBT’s ficaram estigmatizados por essa doença. Porém, a Aids transformou não só a vida dessas pessoas, mas também suas lutas. A comunidade LGBT foi a principal articuladora das campanhas contra a doença, auxiliando no combate, na orientação e no acolhimento de pessoas diagnosticadas como soropositivas. Vê-se com isso, que outros fatores transformaram as lutas desses grupos. Desse modo, a continuidade em um período de reestruturação democrática, logo após uma ditadura, exigiria uma adequação do estilo de luta desse grupo minoritário ao novo contexto.

É necessário frisar, que os preconceitos e desafios enfrentados pelos LGBT’s em um período democrático, são diferentes dos enfrentados em um regime autoritário. Renan Quinalha explicita bem sobre essa noção:

Ao observar que a violação dos direitos civis pelo regime autoritário, como o direito à integridade física e à vida, fez perder de vista danos sociais de outras ordens, alguns deles muito subjetivos causados pelo poder repressivo e que mudaram muitas trajetórias de vida. Muitas pessoas não puderam viver livremente sua sexualidade e desenvolver uma sociabilidade, ou uma carreira profissional, ou projetos pessoais pelas diversas facetas de um preconceito que foi potencializado pelo fechamento do regime político e pelos valores morais conservadores que passaram a ser professados desde os órgãos do Estado. Essa é uma importante distinção que precisa ser demarcada em relação à democracia. Ainda que o preconceito às pessoas LGBT já existisse antes (no regime democrático de 1946) e siga persistindo no Brasil pós-1988, seus modos de existir e as permissões legais e institucionais que o incentivam são diferentes em cada um desses momentos.¹²⁹

¹²⁶ Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas.

¹²⁷ FACCHINI, Regina. Op., cit., p. 95.

¹²⁸ Ibid., p. 84.

¹²⁹ QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, pp. 261-262.

Dessa forma, o Estado ditatorial legitimou, baseado em leis promulgadas, a perseguição, a violação dos direitos individuais e a disseminação dos estigmas contra os homossexuais e transexuais. Após a ditadura, o período democrático surge então, com novas formas de intolerância contra esses sujeitos, apoiadas em preconceitos não tão evidentes, na verdade velados e, sem o suporte legal do Estado. Conceitos e atitudes repressoras se mantiveram presentes no período democrático, e foram perpetuados por vários setores da sociedade. Consta-se com isso, que cada período significou (e ainda significa) novos desafios para a comunidade LGBT, pois, os arquétipos de preconceitos mudaram de perspectivas, mas não deixaram de existir.

Um aspecto que permaneceu após o regime militar foi a “invisibilidade” das pessoas LGBT’s. A utilização dos moldes de invisibilidade funciona como uma forma de silenciar e como uma maneira de marginalizar esses indivíduos:

O exercício diário da ocultação seja na família, no trabalho, na universidade, na igreja ou na escola é motivado pela internalização nos indivíduos homossexuais dos valores sociais que engendram a sua orientação sexual nos campos do pecado, do erro, da culpa, da sujeira entre vários outros adjetivos de cunho pejorativo aos quais os “indivíduos embrionários” são levados a crer sobre os seus desejos. Desta forma, quando adultos e vivendo sua individualidade essas ações acabaram por resultar na ofensa da subjetividade e nos valores que integram a qualidade de vida, a autoestima e o bem-estar do indivíduo no exercício cotidiano e político da cidadania na polis.¹³⁰

Com isso, as formas de “invisibilizar” associadas à “LGBTfobia”¹³¹, se estendem até o sujeito que se priva de viver plenamente sua sexualidade, muitas vezes por medo dos abusos que possivelmente o atingiria: “A consequência última do abuso também é a homofobia internalizada, ou seja, o medo e o ódio irracional da homossexualidade, não permitindo que o indivíduo vivencie de maneira plena e satisfatória a sua sexualidade”.¹³² Contudo, todos esses tipos de violências e preconceitos relacionados à homossexualidade e à transexualidade, que tanto marginalizam essas pessoas, também possibilitam uma “rede de sociabilidade constituída, sobretudo, pela solidariedade”¹³³. Além disso, “a ampliação da visibilidade e do respeito ao exercício da sexualidade homossexual está associada a capacidade que esses indivíduos terão

¹³⁰ CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Os gestos do silêncio para esconder as diferenças. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 39.

¹³¹ LGBTfobia ocorre quando uma pessoa sofre constrangimento, discriminação ou qualquer tipo de violência por ser julgada lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero. Homofobia, lesbofobia, transfobia. RCDH- Rede Capixaba de Direitos Humanos. Disponível em: < <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/homofobia-lesbofobia-e-transfobia>>. Acesso em: 29 de Nov. de 2017.

¹³² CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Op., cit., p. 39.

¹³³ CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Op., cit., p. 41.

de constituir para ampliar suas redes de sociabilidades”¹³⁴. É com a busca dessa ampliação, que o movimento LGBT procura alcançar novas formas de sair da invisibilidade.

A trajetória da luta por direitos contribuiu para o fortalecimento do movimento LGBT’s. Foi com a disposição do movimento em resistir, que é possível notar algumas mudanças significativas nos direitos alcançados pela comunidade LGBT como: a autorização de adoção por casais homoafetivos; o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da união estável e do direito legal do casamento homoafetivo; a cirurgia de redesignação sexual realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e; a “permissão” da mudança do nome social nos documentos para pessoas transexuais.

Todavia, ainda hoje, os desafios são enormes para esse grupo. A criminalização da LGBTfobia, com a tipificação desses crimes por lei; o fim da violência praticada contra homossexuais e transexuais; oportunidades de educação e de trabalho para essas pessoas, principalmente para pessoas transexuais, são alguns dos desafios e lutas do movimento LGBT no contexto atual.

Diferentemente dos tempos de ditadura militar, atualmente os LGBT’s possuem o apoio de diversos órgãos governamentais e não-governamentais, o que demonstra que, mesmo que os desafios ainda sejam grandes, pelo menos, as lutas estão amparadas e, possuem o reconhecimento (mesmo que limitado e não ideal) do Estado, o que, por questões já mencionadas nesta pesquisa, não ocorreu no regime ditatorial militar.

Ainda que o “Estado democrático de direito”¹³⁵ no Brasil, esteja longe de garantir, como no caso dos LGBT’s, todos os direitos que abarquem necessidades pontuais específicas, deve-se reconhecer que o respaldo dos direitos humanos e, a garantia das liberdades civis, encontrados nessa concepção de Estado, se não garantem integralmente direitos particulares, fornecem as ferramentas necessárias para o enfrentamento dos desafios que persistem sobre esses grupos. O Estado democrático de direito, portanto, longe de ser ideal, garante o que a ditadura militar suspendeu: a concessão de luta pela a ampliação dos direitos que ainda faltam aos diversos segmentos sociais no Brasil.

¹³⁴ CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Op., cit., p.47.

¹³⁵ O Estado democrático de direito é um conceito que define qualquer Estado que procure o exercício da garantia do respeito das liberdades individuais e sociais, através de um apoio jurídico. SILVA, José Afonso. O Estado Democrático de Direito. R. Dir. adID. Rio de Janeiro, 173: 15-34 juUset. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/45920/44126>>. Acesso em: 29 de Nov. de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manifestação cultural é uma forma de expressão humana que diz muito sobre determinado grupo social e/ou sociedade. A cultura não é imutável, mas as mudanças, na maioria das vezes, só são percebidas com o distanciamento do passado. Sobre a especificidade cultural de cada classe social Waldenyr Caldas¹³⁶ explicita:

Além da sociedade como um todo (englobando todas as classes) possuir valores e códigos culturais que lhes são próprios e específicos, existem ainda nessa mesma sociedade valores e códigos culturais que são próprios e específicos de cada classe social. Ou seja, cada uma delas possui seu sistema de símbolos particular.¹³⁷

Entendendo a comunidade LGBT como um grupo social, a expressão cultural atribuída à ela, se tornou parte de sua resistência. Tendo como referência a afirmação de Caldas, de que certos valores e códigos culturais são específicos de cada classe e, levando em consideração o distanciamento que temos hoje das décadas de 1970 e 1980, podemos perceber que o “movimento gay” possuía sua própria expressão cultural, que muitas vezes esteve escondida nos guetos, mas que, mesmo que estivesse em princípio de formação e oculta do resto da sociedade, foi uma marca de resistência do “movimento homossexual” na ditadura militar.

O próprio jornal *Lampião da Esquina* pode ser considerado uma expressão cultural do movimento LGBT de seu tempo, pelo simples fato de trazer, por meio da imprensa alternativa, um espaço de divulgação cultural e política, de entretenimento e debate, produzindo assim, um importante meio de comunicação com seu público. Com a divulgação da manifestação cultural e política do “movimento homossexual” na redemocratização brasileira, o *Lampião* conseguiu não só mostrar o princípio da organização da “comunidade gay” nos anos 1970, mas também, a trazer a própria consciência de direitos aos homossexuais no Brasil.

As lutas e resistências da comunidade LGBT continuam. O trabalho historiográfico, por mais que tenha se aprofundado em importantes pesquisas a respeito desse grupo nas últimas décadas, ainda não é suficiente. Partindo da noção que “relembrar é resistir”, é preciso trazer ao nosso cotidiano a memória do movimento LGBT, para que esse tenha cada vez mais espaço

¹³⁶ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1983). Professor livre-docente pela Universidade de São Paulo (1988). Realizou seu pós-doutorado na Universidade La Sapienza di Roma (1989). Atualmente é representante da USP junto ao Comitê Franco-Brasileiro do Convênio "Cátedras Lévi-Strauss" e membro da comissão de Relações Internacionais da USP.

¹³⁷ CALDAS, Waldenyr. O que todo cidadão precisa saber sobre cultura. 2ª edição. São Paulo: Global, 1986, p. 20.

na historiografia, para que, quem sabe assim, o conhecimento das injustiças históricas enfrentadas e, o reconhecimento das resistências travadas por esse movimento, possam auxiliar ainda mais nos próximos passos, rumo à uma sociedade mais igualitária e tolerante para com todas as diversidades sexuais e com todas as outras minorias sociais.

ANEXOS

Tabelas:

Tabela n. 1: Jornais da Imprensa Alternativa

ANO	TITULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
1964	Pif- Paf	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Millôr Fernandes	H n e
1965	(Carta Econômica)	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	R. Saturnino Braga	E n e
	REUNIAO	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Ênio Silveira	P n e
	(Dealbar)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Pietro Caballo	A n 2
	FOLHA DA SEMANA	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Arthur Poerner	P n 1
	BRASIL SEMANAL	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Euzebio Rocha	P n e
1967	(O Protesto)	Porto Alegre	minitablóide	mensal	Maria P. F. Rodrigues	A n e
	(Exemplar)	Porto Alegre	tablóide	mensal	Juarez Fonseca	P n 5
	AMANHÃ	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Raimundo Pereira	P n e
	O Sol	Rio de Janeiro/RJ	<i>standard</i>	semanal	Reinaldo Jardim e/outras	P n e
1968	PODER JOVEM	Rio de Janeiro/RJ	<i>standard</i>	semanal	Reinaldo Jardim e/outras	P n e
	PIQUETE	Belo Horizonte/MG				
	A Carapuça	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Stanislaw P. Preta	H r e
	(Fator)	São Paulo/SP	revista	mensal	Aluysio Biondi	P n e
	FATO NOVO	São Paulo/SP	tablóide	semanal	Jorge Figueiredo	P n e
1969	O PASQUIM	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Tarso de Castro	H n 10+
1970	BONDINHO	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Sérgio de Souza	C n 1
	FLOR DO MAL	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	irregular	Luís Carlos Maciel	C n e
1971	Já	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	semanal	Tarso de Castro	C r e
	POLITIKA	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Sebastião Nery	P n 2
	Presença	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	Rubinho Gomes	C r e

Fonte: (KUCINSKI, 2001, p. 253), anexo.

Tabela n.2: Jornais da Imprensa Alternativa

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
1971	Pato Macho	Porto Alegre	tablóide	semanal	L. F. Veríssimo	H r e
	VERBO ENCANTADO	Salvador/BA	tablóide	mensal	Álvaro Guimarães	C r e
	Jornalismo	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Roberto Freire	C n e
1972	GRILO	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Sérgio de Souza	H n 2
	OPINIÃO	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Raimundo Pereira	P n 4
	Balão	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Luci Villar Guanais	H n e
1973	JORNAL DE DEBATES	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Limeira Tejo	P n e
	(Argumento)	Rio de Janeiro/RJ	revista	irregular	Fernando Gasparian	P n e
	FOTOCHOQ	São Paulo/SP	revista	mensal	Sérgio de Souza	F n e
	Circus	Belo Horizonte/MG	revista	mensal	Aloísio Moraes	C r e
	Ex	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Sérgio de Souza	R n e
1974	(TERRA ROXA)	Londrina/PR	tablóide	mensal	Coletivo	E n e
	(MANTIQUEIRA)	P. Caldas/MG	<i>standard</i>	semanal	Luís Nassif	R r e
	CRÍTICA	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Geraldo M. Mourão	C n 1
	Jornal da Cidade	Recife/PE	tablóide	semanal	Ivan Maurício	R r e
	Abertura Cultural	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	André D. Buchsbaun	C n e
1975	(POEIRA)	Londrina/PR	tablóide	mensal	Roldão Arruda	e r 2
	BANDEIRA 3	Belém/PA	tablóide	mensal	Lúcio Flávio Pinto	R r e
	O Bicho	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	Fortuna e/o	H n e
	Semanário da Informação	Ijuí, RS		semanal	Coletivo	P r e
	A Ilha	São Luiz/MA		irregular	Paulo D. Costa	

Fonte: (KUCINSKI, 2001, p. 254), anexo.

Tabela n.3: Jornais da Imprensa Alternativa

ANO	TITULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
1976	MOVIMENTO	São Paulo/SP	tablóide	semanal	Raimundo Pereira	P n 6
	Viver	Londrina/PR	tablóide	semanal	Narciso Kalili	C r e
	(Dois Pontos)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Caio Túlio Costa	P n 1
	Clarim	Campinas/SP	tablóide	mensal	Paulo José B.S. Martim	C r e
	(Aqui São Paulo)	São Paulo/SP	tablóide	semanal	Samuel Wainer	C r 2
	Jornal da Amazônia	Manaus/AM	Tablóide		Márcio Souza	C r 4
	Livrojornal	Manaus/AM			Márcio Souza	e
	Scaps	Curitiba/PR	tablóide	mensal	L. C. Rettamezo e Vaz	R r e
	(Risco)	Porto Alegre	minitablóide	mensal	J. A. Pinheiro Machado	R e
	Brasil Mulher	Londrina/PR	tablóide	mensal	Joana Lopes	F n 5
	DOMINGÃO	Ribeirão Preto/SP	tablóide	semanal	Sérgio de Souza	R r e
	COOJORNAL	Porto Alegre	tablóide	mensal	Elmar Bones da Costa	R n 6
	Mais um	São Paulo/SP	tablóide	quinzenal	Sérgio de Souza	R n e
	ABCD Jornal	São Paulo/SP	tablóide	quinzenal	Aparecida F. Carvalho	R r 4
	Lampião	Porto Alegre	<i>standard</i>	quinzenal	Marcelo Oscar Lopes	P n e
	VERSUS	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Marcos Faerman	C n 2
	Ovelha Negra	São Paulo/SP	tablóide	mensal	J. B. de Souza Freitas	H n e
	Coisa Nostra	Salvador/BA	minitablóide	quinzenal	Hélio Roberto Lage e/o	P r 1
	(Cobra de Vidro)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Coletivo	P e 2
	DE FATO	Belo Horizonte/MG	tablóide	quinzenal	Aloísio Moraes	P n 3
	(Paca Tatu, Cotia Não)	Gotardo/MG	revista	irregular	Júlio Prado	C r e

Fonte: (KUCINSKI, 2001, p. 255), anexo.

Tabela n.4: Jornais da Imprensa Alternativa

ANO	TITULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
1977	(ISTO É)	São Paulo/SP	revista	semanal	Mino Carta	P n
	Nós Mulheres	São Paulo/SP	tablóide	bimestral	Coletivo	F n 2
	Informação	Porto Alegre	minitablóide	mensal	Adelmo Genro Filho	P n e
	Desterro	Florianópolis/SC	tablóide	Mensal	Carlos Damião	Cre
	O Inimigo do Rei	Salvador/BA	tablóide	mensal	Ricardo Liber	P n 2
	Boca do Inferno	Salvador/BA	minitablóide		João Santana Filho e/o	P r e
	Peleia	Porto Alegre	tablóide	irregular	Sergio Batsow	P r e
	Jornal dos Bairros	Belo Horizonte/MG	tablóide	quinzenal	Edson Fernandes	R r 4
	Paralelo	Porto Alegre	revista	mensal	Delmar Marques	C r e
	CHAPADA DO CORISCO	Teresina/PI	minitablóide	mensal	Cineas Santos	C r e
	Triz	Pelotas/RS	minitablóide		Luiz R. Lanzetta e/o	P r e
	Assuntos	São Paulo/SP	tablóide	bimestral	Raimundo Pereira e/o	P n 1
	Posição	Vitória/ES	tablóide	quinzenal	Rogério Medeiros	R r 2
	Extra, REALIDADE Brasileira	São Paulo/SP	revista	irregular	Mylton Severiano	R n e
	Expansão	Uberaba/MG		quinzenal	Pedro C. de Oliveira	R r e
	Beijo	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Júlio C. Montenegro	C r e
	Desacato	Aracajú/SE	minitablóide	mensal	Pedro S. C. Valadares	P r e
	Dois Pontos	P. Caldas, MG		semanal	Luís Nassif	R r e
	Contestado	Florianópolis	tablóide	mensal	Coletivo	P r e
	Parapanema	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Fernando Mesquita	E r e
	Mutirão	Patos/MG		mensal	Roberto de Melo Maia	R e

Fonte: (KUCINSKI, 2001, p. 256), anexo.

Tabela n.5: Jornais da Imprensa Alternativa

ANO	TITULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
1978	Invasão	Salvador/BA	tablóide	mensal	José de C. L. Valverde	P r e
	VARADOURO	Rio Branco/Acre	tablóide	mensal	Sílvia Martinello	R r 4
	BAGAÇO	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	bimestral	Coletivo	C r e
	CIDADE LIVRE	Brasília/DF	tablóide	mensal	Eduardo Almeida	R r e
	(AVESSO)	São Paulo/SP	<i>standard</i>	mensal	Coletivo	P r e
	Maria Quitéria	São Paulo/SP	minitablóide	mensal	Therezinha Zerbini	P n e
	AMANHÃ	São Paulo/SP	<i>standard</i>	semanal	Juca Kfourri	P n e
	Assim	Assis/SP	tablóide	mensal	Júlio Cezar Garcia	R r e
	Pingente	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	Coletivo	H r e
	O Vagão	Belo Horizonte/MG	minitablóide	mensal	Coletivo	C r e
	(Novo Rumo)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Coletivo	P n e
	Mutirão	Fortaleza/CE	minitablóide	bimestral	Gervásio de Paula	R r 2
	Etc	Maringá/PR	tablóide	mensal	Edilson P. dos Santos	R r e
	(Palmares)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Coletivo	P n e
	O Debate	Maceió/AL	minitablóide	Semanal	Ronaldo Cavalcante	P r e
	Tapume	Feira de Santana/BA				
	Repórter	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Chico Júnior e/o	R n 4
	EM TEMPO	São Paulo/SP	<i>standard</i>	quinzenal	Bernardo Kucinski	P n 2
	Resistência	Belém/PA	tablóide	irregular	Luiz Maklouf Carvalho	P r 10
	O Repórter de Guarulhos	Guarulhos/SP	tablóide	mensal	Névio Roberto Gomes	R r 4
	Jornal da Vila	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Silvia Campolim	P r 2

Fonte: (KUCINSKI, 2001, p. 257), anexo.

Tabela n.6: Jornais da Imprensa Alternativa

ANO	TITULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
1979	(Leia)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Caio Graco	C n 10
	Lampião d'Esquina	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Aguinaldo Silva	G r 3
	Geraes	Vale Jequitibá	tablóide	mensal	Aurélio Silby e/o	R r e
	Jornal do Povo	Teresina/PI		mensal	Vanderlei Faria	R r e
	A Bagatela	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Edmundo S. Costa	C r e
	Repórter da Região	Campinas/SP	tablóide	mensal	Coletivo	P r e
	Flagrante Livre	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Ramayana Vargens	R r e
	BATENTE	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Antônio R. Espinosa	P r 2
	Pacotão de NAtal	São Paulo/SP	tablóide	irregular	Alcy	H n e
	(Singular & Plural)	São Paulo/SP	Revista	Mensal	Marcos Faerman e/o	C n e
	Berro	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Coletivo	R r 1
	Desafio	Maceió/AL	tablóide	semanal	Dêvis de Melo	P r e
	Uai	Poços de Caldas/MG	tablóide	mensal	Coletivo	P r e
	Ecojornal	São Paulo/SP	<i>standard</i>	mensal	Juarez Albuquerque	E r e
	CORREIO DA MANHÃ	Rio de Janeiro/RJ	<i>standard</i>	mensal	Coletivo	P n e
	O Rio Grande	Porto Alegre	tablóide	semanal	Elmar Bones	R r e
	(Microjornal)	São Paulo/SP	minitablóide	mensal	Vera Lúcia Moreira	R e
	Folha Alternativa	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	Tasso Lós e/o	E r e
	Bloco	São Paulo/SP	<i>standard</i>	mensal	Edmilson Silva Costa	P n e
	Brasil Reportagem	São Paulo/SP	revista	bimestral	Coletivo	R n e
	(Jornal da República)	São Paulo/SP	<i>standard</i>	diário	Mino Carta	P n e

Fonte: (KUCINSKI, 2001, p. 258), anexo.

Tabela n.7: Jornais da Imprensa Alternativa

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
1980	Jornal da Periferia	São Paulo/SP				R r e
	Lado Inverso	Porto Alegre	tablóide	quinzenal	Roberto Alves	P r e
	Nanico	Belém/PA	tablóide	mensal	Ana Petrucelli e/o	R r e
	Enfim	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Tarso de Castro	P n e
	Afinal	Florianópolis/SC	minitablóide	mensal	Eloy Galloti Peixoto	R r e
	O Povão	Recife/PE	<i>standard</i>	mensal	Bruno Maranhão e/o	P r e
	Correio da Mulher	Porto Alegre	tablóide	mensal	Rosane B. Lenes	F r e
	Tchê	Porto Alegre			Airton Ortiz	P n e
	Brasil Hoje	São Paulo/SP	revista	mensal	Ricardo Lessa	P n e
	(Canja)	São Paulo/SP	tablóide	quinzenal	Sérgio de Souza	C n e
	Boca no Trombone	Curitiba/PR	minitablóide	mensal	Télia Negrão e/o	P r e
	PARANÁ REPÓRTER	Londrina/PR	tablóide	mensal	Bernardo Pellegrini	P r e
	Denúncia	Florianópolis/SC			Eloy Galloti Peixoto	R r e
	Salário Mínimo	Natal/RN	tablóide	mensal	Coletivo	R r e

Códigos:(P) jornais predominantemente políticos; (R) de reportagem; (H) de humor; (C) Culturais; (F) feministas; (A) anarquistas; (G) gay; (E) ecológicos; (n) nacionais; (r) regionais; (e) efêmeros, para os que duraram menos de um ano; para os outros, o número de anos completos.

Títulos entre parênteses designam periódicos convencionais contendo elementos alternativos, e jornais estudantis.

Fontes:Anuário Brasileiro de Mídia, 1977; Catálogo da Imprensa Alternativa e Episódica do Brasil, Rio de Janeiro, 1979; Catálogo da Imprensa Alternativa, Rio de Janeiro, 1986; Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular, prefeitura do Rio de Janeiro; Arquivo Edgar Loenreuth, Campinas; Centro da Pastoral Vergueiro, São Paulo; Museu da Imprensa, Porto Alegre; arquivos particulares.

Fonte: (KUCINSKI, 2001, p. 259), anexo.

ANEXOS

Figuras:

Fig.1: Capa do Lâmpião da Esquina



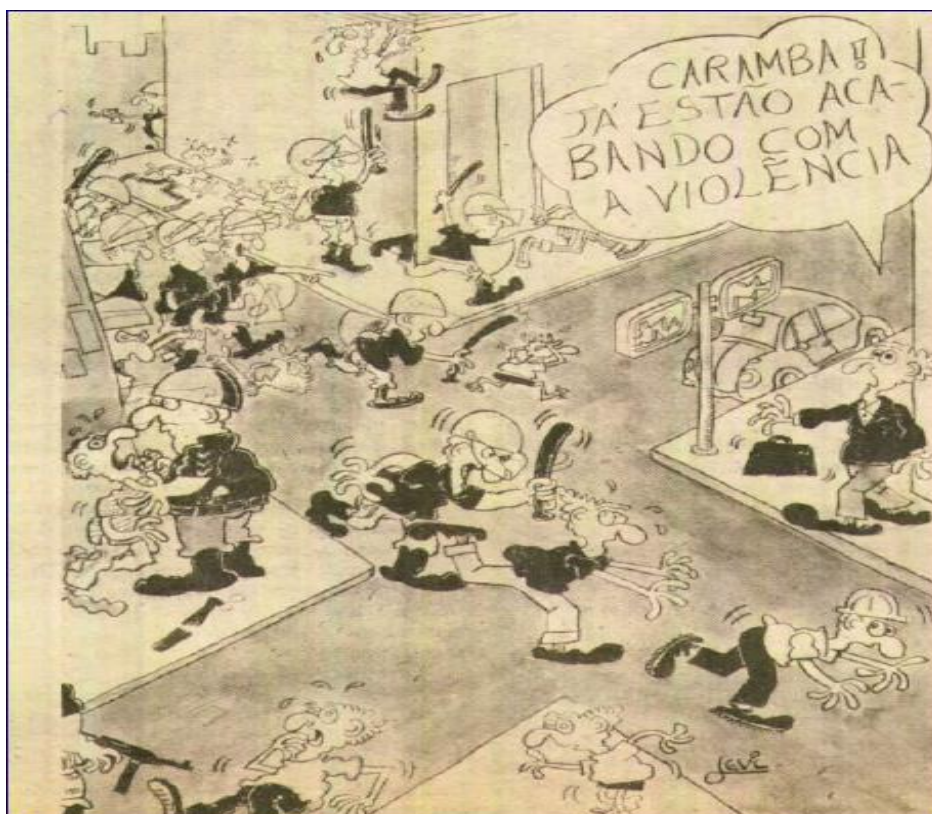
Fonte: (Lâmpião da Esquina, n.11)

Fig. 2: Capa do Lâmpião da Esquina



Fonte: (Lâmpião da Esquina, n.9)

Fig. 3: Charge



Fonte: (LEVI. In: RODRIGUES, João Carlos. O Governo diz que não. Mas vem aí a prisão cautelar Lampião da Esquina, n. 21, p.8)

Charge retrata com ironia, a repressão policial que permaneceria com a medida de “prisão cautelar”, que o governo estava querendo implementar no ano de 1980.

Fig. 4: Charge



Fonte: (LEVI. In: RIBONDI, Alexandre. Brasília: carta aberta ao Sr. Karol Wojtyła. Lampião da Esquina, n. 27, p. 3)

A charge faz parte de uma matéria do jornal, sobre uma carta do coletivo “Beijo Livre” enviada ao Papa João Paulo II, na qual contesta as declarações preconceituosas que João Paulo II fez sobre a homossexualidade. A charge brinca com a hipocrisia de alguns sacerdotes católicos, que vivem de aparência e escondia sua sexualidade.

Fig. 5: Roteiro cultural para mulheres



Fonte: (Lampião da Esquina, n. 13)

Fig. 6: Anúncio de boate voltada ao público homossexual



Fonte: (Lampião da Esquina, n. 16)

Fig. 7: Anúncio de bar voltado ao público homossexual



Fonte: (Lampião da Esquina, n. 25)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

ANÚNCIO. Lampião da Esquina. n. 16.

ANÚNCIO. Lampião da Esquina. n. 25.

BAFORADA. Finalmente: o nu frontal! Lampião da Esquina, n. 27, p. 9.

DANTAS, Eduardo. Uma praça chamada República. Lampião da Esquina, n. 13.

HELBORN, Maria Luiza. Nós mulheres e nossos corpos. Lampião da Esquina, n.11.

LEVI. In: RIBONDI, Alexandre. Brasília: carta aberta ao Sr. Karol Woitjila. Lampião da Esquina, n. 27.

LEVI. In: RODRIGUES, João Carlos. O Governo diz que não. Mas vem aí a prisão cautelar. Lampião da Esquina, n. 21.

MARIZA. Nossas gaiolas comuns. Lampião da Esquina, n.1.

MOREIRA, Antônio Carlos. Bichices na Tevê (Plim, Plim). Lampião da Esquina, n.23.

PENTEADO, Darcy. Ma che cosa é questa?. Lampião da Esquina, n.9.

PENTEADO, Darcy. Cultura homossexual: já existe? Lampião da Esquina, n. 19.

PENTEADO, Darcy. Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis! Lampião da Esquina, n. 24.

O CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. Lampião da Esquina, n. 0.

SURTI, Cynthia e TREVISAN, Silvério. Cinema Feminista ou novo messianismo? Lampião da Esquina, n. 10.

* Todas os números do Lampião da Esquina estão disponíveis para download no site:
< <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> >

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

BARROS, Cesar Mangolin de. In: A ditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos. 2011, p. 15. Disponível em:
<<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf>>.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Os gestos do silêncio para esconder as diferenças. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CALDAS, Waldenyr. O que todo cidadão precisa saber sobre cultura. 2ª edição. São Paulo: Global, 1986, p. 20.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Ligia. O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CERTEAU, Michel de. A cultura no Plural. São Paulo: Papirus, 1995.

CHAUÍ, M. Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. Rev. C Sociais. Vol. I, n. 11, p. 149-150. Disponível em: < http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v2n1/rcs_v2n1a8.pdf>.

DAVI, Edmar Henrique Dairell. Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se a homofobia em Uberlândia. Cad. Esp. Fem., Uberlândia/MG, v. 24, n. 1Jan. /Jun. 2011.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: Recompondo um histórico. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.

GONÇALVES, Marcos Augusto e HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cultura e participação nos anos 60. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

HOHLFELDT, Antônio. A fermentação cultural da década brasileira de 60. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 11 dezembro 1999, semestral, p. 50. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3050>>.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, 2012, p. 12. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>.

JÚNIOR, Amarílio Ferreira. Tortura no Contexto do Regime Militar. Revista Olhar, Ano 02, n. 4, Dezembro, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 eds., revista e ampliada, 2001, Edusp.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: as Forças Armadas, transição e democracia. Campinas – SP: Papirus, 1994.

ORTIZ, Renato. A moderna Tradição Brasileira: Cultura e Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.114.

PEREIRA, William César Castilho. A força política dos grupos organizados: mística e profecia. Disponível

em:<http://200.229.43.1/documentos/william_cesar_forca_politica.pdf?PHPSESSID=269a825cd20b866553ad8c39ae535c55>.

QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

SILVA, José Afonso. O Estado Democrático de Direito. R. Dir. adID. Rio de Janeiro, 173: 15-34 juUset. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/45920/44126>>.

Matérias e links da internet:

A TROPICALIA-MOVIMENTO. Disponível em:

<<http://tropicalia.com.br/identifisignificados/movimento>>.

BRASIL. Ato institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>.

BRASIL. Legislação informatizada - Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967 -

Publicação Original. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. Disponível

em:<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>>.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Imprensa Alternativa: Os jornais da época. Disponível em: <<http://memoriasdadicadura.org.br/panorama-da-resistencia/index.html>> .

O CINEMA NOVO - RUÍDOS PULSATIVOS, GELÉIA GERAL. Disponível em:<<http://tropicalia.com.br/ruidos-pulsativos/geleia-geral/cinema-novo>>.

O PANORAMA DA RESISTÊNCIA. Disponível em: <<http://memoriasdadicadura.org.br/panorama-da-resistencia/index.html>> .

RCDH- Rede Capixaba de Direitos Humanos. Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. Disponível em: < <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/homofobia-lesbofobia-e-transfobia>>.

Declaração de Autenticidade

Eu, Ingrid Maria Bezerra Candido, declaro para os devidos fins que sou autora do trabalho de conclusão de curso intitulado “Ditadura, Cultura e Homossexualidades: O Lâmpião da Esquina e a Manifestação Cultural de Minoria (1978-1981)”, apresentado exclusivamente ao Departamento de História da Universidade de Brasília, para a obtenção do grau de Bacharel e licenciada em História.

Declaro, ainda, que todas as referências e fontes utilizadas por mim para a obtenção de dados e ideias, foram integralmente citadas no trabalho, respeitando as normas da ABNT.

Por fim, declaro que o presente trabalho está de acordo com os ditames da Lei nº 9.610/1998 e que recebi da instituição, bem como de professores, a orientação correta para assim proceder, me responsabilizando exclusivamente por quaisquer irregularidades.

Brasília, 11 de Dezembro de 2017.